

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Marcela Rodrigues do Nascimento Souza

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
BALANÇO TENDENCIAL DAS DISSERTAÇÕES E TESES
(2020 a 2022)**

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

SÃO PAULO

2023

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Marcela Rodrigues do Nascimento Souza

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
BALANÇO TENDENCIAL DAS DISSERTAÇÕES E TESES
(2020 a 2022)**

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE no PPG em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação do Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno.

SÃO PAULO

2023

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887.645391/2021-00.

Thais study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Finance Code 88887-645391/2021-00.

AGRADECIMENTOS

*Então Jó respondeu ao Senhor: "Sei que podes fazer todas as coisas;
nenhum dos teus planos pode ser frustrado.
(JÓ 42:1,2)*

Agradeço primeiro a Deus, que por sua infinita graça e misericórdia esteve comigo, principalmente nos dias ruins, sustentando-me com forças para que prosseguisse mesmo diante das inúmeras dificuldades. Reconheço que, muitas vezes, seus cuidados comigo foram manifestados por intermédio de pessoas!

Agradeço meus amados pais, que me deram todo o suporte necessário para que eu pudesse chegar até aqui; e sempre me incentivaram a estudar, mesmo eles não tendo oportunidade de fazer: Dora e Marcos, amo vocês.

A minhas filhas: Ana Júlia, Giovana e Emanuelli. As mais novas (duas últimas) talvez não compreendam as razões das minhas muitas ausências, necessárias – espero que um dia vocês me desculpem! – A mais velha me incentivou, e no mesmo ano em que concluo esse mestrado, ela conquista uma bolsa do ProUni... Meu amor por vocês é imensurável!

A meu Companheiro Jonas, pois, etimologicamente, foi isso que ele foi, durante o processo, um companheiro – caminhou comigo, me fortaleceu, enxugou minhas lágrimas e cuidou da nossa família!

Ao meu irmão mais velho, Rogério, que sempre me impulsionou a realizar meus sonhos.

À Diretora Daniela Leite, que foi uma das minhas primeiras formadoras na rede em que trabalho, fez o que era possível para me ajudar a chegar aqui, assim como a vice-diretora e a coordenadora; a todos os meus amigos e colegas de profissão que atuam na EMEB Arnaldo Guassieri. Essa escola é fundamental na minha formação prática como professora.

Ao Município em que trabalho desde o início de minha carreira – Franco da Rocha, na pessoa da secretária de educação Renata Celeguim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para meu crescimento profissional; agradeço também a todas as oportunidades que tive até hoje, inclusive o afastamento remunerado de 60 dias para concluir esta dissertação.

Aos diretores do Sindicato dos Servidores Públicos de Franco da Rocha - SindServ, no qual, fazendo parte desta diretoria, pude compreender o tamanho da luta pelo bom funcionamento dos órgãos públicos, e que a materialização dessas políticas se dá por meio de

pessoas.

Ao meu orientador, José Geraldo, pela paciência e orientação essenciais para a conclusão deste trabalho. Mas, para além da pesquisa, aprendi com ele o quanto a educação de qualidade e o ensino caminham ao lado da gentileza, sem a qual eu não seria capaz de concluir mais esta jornada na minha vida.

Aos demais Professores da PUC-SP, pela imensa colaboração no processo da construção do conhecimento.

Aos meus amigos e colegas da PUC-SP, que em todos os momentos possíveis se comportaram como uma família, comemorando as conquistas e se ajudando nos momentos difíceis.

In memoriam de minha tia Ione Hora e seu esposo Gerson Hora, vítimas da COVID-19.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de examinar os impactos causados pela pandemia da Covid-19 sobre a educação escolar brasileira, por meio de balanço tendencial de teses de doutorado e dissertações de mestrado presentes no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, no período de 2020 a 2022, no intuito de verificar as iniciativas da universidade brasileira no imediato período em que a pandemia se disseminou pelo País. Pelo emprego do descritor "Covid-19 AND educação" foram selecionadas, inicialmente, 376 produções, as quais, após a supressão das que não se voltaram especificamente para análise da relação investigada, resultou em corpus documental de 183 teses e dissertações. Tendo como apoio teórico as contribuições do materialismo cultural de Williams (1980), investigou-se as autorias institucionais (programa de pós-graduação, instituição de ensino superior e área de conhecimento), os focos específicos e os procedimentos utilizados. Os dados encontrados foram organizados em tabelas e gráficos, os quais, por meio da utilização do software de tratamento estatístico Sphinx iQ2, evidenciaram o esforço das IES públicas e privadas (com destaque para as primeiras) na busca de elementos que pudessem contribuir para a diminuição dos efeitos da pandemia sobre a educação escolar, por meio de uma diversidade de perspectivas, que compuseram um conjunto substantivo de análises e proposições para a superação desses efeitos.

Palavras-chave: educação escolar; desigualdades sociais; pesquisa educacional; pesquisa bibliográfica.

ABSTRACT

The objective of this study was to examine the impacts caused by the Covid-19 pandemic on Brazilian school education, through a trend balance of doctoral theses and master's dissertations present in the Catalog of Theses and Dissertations CAPES in the period from 2020 to 2022, in order to verify the initiatives of the Brazilian university in the immediate period in which the pandemic spread across the country. Using the descriptor "Covid-19 AND education", 376 productions were initially selected, which, after deleting those that did not return specifically for analysis of the investigated relationship, resulting in a documentary corpus of 183 theses and dissertations. Having as theoretical support the contributions of cultural materialism by Williams (1980), we investigated the institutional authorship (graduate program, higher education institution and area of knowledge), specific focuses and procedures were investigated. The data found were organized in tables and graphs, which, through the use of the statistical treatment software Sphinx iQ2, showed the effort of public and private higher education institutions (especially the former) in the search for elements that could contribute to minimization of the effects of the pandemic on school education, through a diversity of perspectives, which made up a substantive set of analyzes and proposals for overcoming these effects.

Keywords: school education; social inequalities; educational research; bibliographic research.

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

Sigla	Nome
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CDC	<i>Centers for Disease Control and Prevention</i>
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CEPEDISA	Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNN Brasil	Cable News Network Brasil
CONOF	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
COVID	Corona Virus Disease
ENACOM	Regulador de Telecomunicações da Argentina
FADIPEL	Faculdade de Direito de Pedro Leopoldo
FEEVALE	Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo
FGV-DF	Fundação Getúlio Vargas -Distrito Federal
FGV- RJ	Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro
FGV- SP	Fundação Getúlio Vargas - São Paulo
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETEC	Instituto de Educação Tecnológica
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCE	Parceria Global para a Educação
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PNDE	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PUC-CAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SARS	Síndrome respiratória aguda grave
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UCB	Universidade Católica de Brasília
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIC	Universidade de Cuiabá
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICARIOCA	Centro Universitário Carioca
UNICEF	Fundo da Organização das Nações Unidas para a Infância
UNICESUMAR	Universidade Cesumar
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFIEO	Centro Universitário - Fundação Instituto de Ensino para Osasco
UNIFENAS	Universidade de Alfenas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNILASALLE	Universidade La Salle
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
UNIMES	União Metropolitana de Educação e Cultura
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISAL	Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos
UNISUAM	Centro Universitário Augusto Motta
UNISUL	Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIUBE	Universidade de Uberaba
UNIVALI	Universidade do Vale Do Itajaí
UNIVÁS	Universidade do Vale Do Sapucaí
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNIVC	Centro Universitário Vale do Cricaré
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNOESTE	Universidade do Oeste Paulista
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
USF	Universidade São Francisco
USP- S. Carlos	Universidade de São Paulo - São Carlos
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTP	Universidade Tuiuti do Paraná
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa Jornal Folha de S. Paulo.....	33
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Escolaridade por grupos de Alfabetismo.....	17
Gráfico 2 - Educação Básica (R\$ bi)	21
Gráfico 3 - Ensino Superior (R\$ bi).....	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da produção por Instituição de Ensino Superior (IES).....	55
Tabela 2 - Distribuição da produção áreas de conhecimento	59
Tabela 3 - Distribuição anual da produção por titulação	60
Tabela 4 - Distribuição da produção por modalidade do mestrado	62
Tabela 5 - Distribuição da produção por finalidade e instância administrativa da IES	63
Tabela 6 - Distribuição da produção por nível/etapa/modalidade de ensino	64
Tabela 7 - Distribuição da produção por tema específico e instância administrativa da IES ..	65
Tabela 8 - Distribuição da produção por abordagem de pesquisa e instância administrativa da IES.....	67
Tabela 9 - Distribuição da produção por tema e abordagem de pesquisa	68
Tabela 10 - Distribuição da produção por tipo de pesquisa e instância administragtiva da IES	68
Tabela 11 - Distribuição da produção por instrumento de pesquisa e instância administrativa da IES.....	69
Tabela 12 - Distribuição da produção por fonte dos dados e instância administrativa da IES	70
Tabela 13 - Referenciais teóricos literalmente apresentados	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metas não cumpridas, cumpridas parcialmente ou que apresentam retrocesso	18
Quadro 2 - Ações governamentais em prol da conectividade dos estudantes	39
Quadro 3 - Ações de prevenção à violência infantil - Física e Mental	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Problema de pesquisa	23
Objetivo	23
Procedimentos de pesquisa	24
CAPÍTULO I - AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA PANDEMIA.....	25
1.1 Ações governamentais – a pandemia no Brasil.....	30
1.2 A pandemia e a educação brasileira – panorama em 2020	36
1.3 Panorama em 2021	43
1.4 Panorama em 2022	45
1.5 As consequências sociais da pandemia na educação.....	45
CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A RELAÇÃO EDUCAÇÃO ESCOLAR E PANDEMIA NO BRASIL	49
2.1 Apresentação dos resultados	53
2.1.1 Quem e quando se investigou a relação entre escola e pandemia.....	54
2.1.2 As pesquisas da área da educação no período da COVID-19	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES INVESTIGADAS	82

INTRODUÇÃO

Sou pedagoga e atuo em escola pública municipal há mais de uma década, trabalho em um município periférico da região metropolitana de São Paulo e, ao longo desses anos, não foi raro me deparar com crianças que, embora estivessem matriculadas e fossem frequentes, apresentavam baixo rendimento, na medida em que o sistema educacional brasileiro objetivou em poucos momentos, e de forma tímida, implementar políticas que promovessem ou, pelo menos, ampliassem, gradativamente, o acesso e a permanência qualificada dos alunos, em especial, aqueles pertencentes às camadas populares.

Na prática, ou seja, atuando no “chão da escola”, em município com grande incidência de alunos dessas camadas, pude constatar a concretização da falta de condições reais para diminuir disparidades e desigualdades existentes entre diferentes grupos de estudantes em termos de acesso a recursos educacionais, qualidade de ensino e oportunidades de aprendizado.

Embora essa incidência recaia sobre esses alunos, ela se torna ainda mais grave, quando a ela se agregam outros marcadores, como a localização geográfica, o gênero, a cor/raça/etnia e a deficiência.

No entanto, para além de ser uma constatação profissional e pessoal, é vasta a literatura que mostra os graves problemas que afetam, primordialmente, os alunos pertencentes às camadas populares, analisada por autores, como Bourdieu e Passeron (1979), Charlot (2000), Dubet (2002) e Freire (1999).

Em 2020, a eclosão da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, dado o seu elevado grau de contágio e de mortalidade, afetou dramaticamente o mundo todo, em especial pela necessidade de isolamento social.

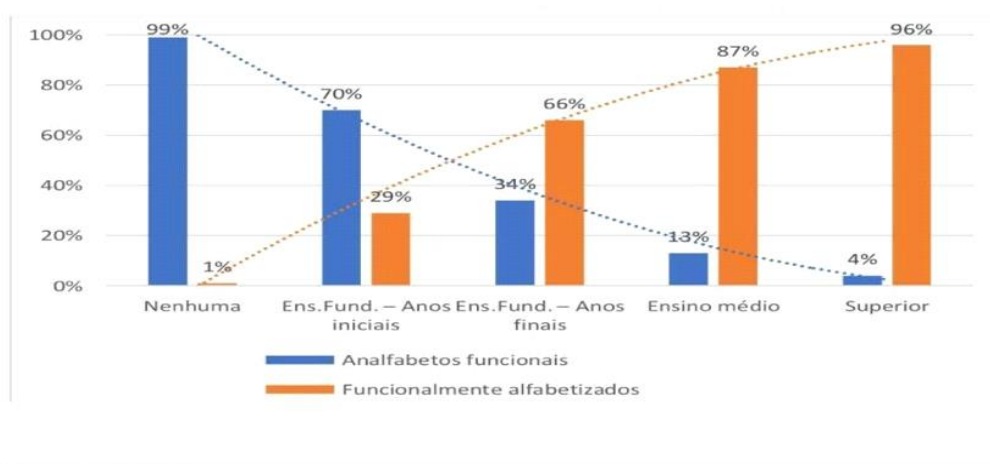
No entanto, o impacto foi distinto, conforme a reação do governo de cada país, bem como pelas condições sociais de vida da sua população. Ficou evidente a contradição entre as providências absolutamente necessárias para o controle da doença e os interesses econômicos, que não permitiram a paralisação total da mobilidade social, o que agravou a disseminação desse vírus por todo o globo.

Essa foi uma consequência que atingiu a educação escolar de todos os países, afetando as condições de funcionamento das escolas, bem como as providências tomadas pelos seus governantes, o que impactou diretamente no rendimento escolar dos alunos.

Nesse sentido, para compreendermos a situação da educação brasileira encontrada pela

pandemia, as informações do último levantamento do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), realizado em 2018, mostram dados alarmantes sobre o perfil daqueles que concluem o Ensino Fundamental II, Ensino Médio ou os que entram no Ensino Superior: entre os jovens que permanecem inseridos no sistema educacional, 34% dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano), 13% do Ensino Médio, assim como 4% dos que ingressam no ensino superior, foram classificados como analfabetos funcionais. (Ação Educativa/Instituto Paulo Montenegro, 2018).

Gráfico 1 - Escolaridade por grupos de Alfabetismo



Fonte: Inaf 2018

Os resultados dos Planos Nacionais de Educação, como principais documentos legislativos que procuram estabelecer diretrizes e metas que devem orientar a política educacional em um período de dez anos, constituem um bom exemplo dos processos de efetiva implementação de políticas públicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado e sancionado pela presidenta Dilma Vana Rousseff, instituído pela Lei nº 13.005/2014, com vigência até 2024, foi fruto de amplo debate e participação de diversos agentes sociais, como educadores, gestores, estudantes, pais, entre outros.

Segundo seus propositores, o Plano Nacional buscou promover a equidade, a valorização da diversidade e a melhoria contínua da educação brasileira, em regime de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios. Além disso, objetiva, por suas metas, a melhoria na qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, desde a educação infantil até o ensino superior, a fim de "reduzir as desigualdades sociais, democratizar a gestão e ampliar os investimentos em educação" (Brasil, 2014).

Contudo, os dados do acompanhamento do cumprimento das metas evidenciaram que, mesmo antes do advento pandêmico, a situação da escolaridade no Brasil apresentava gravíssimos problemas.

Ao nos debruçarmos sobre os dados do oitavo balanço anual do PNE, podemos constatar que eles mostravam que

às vésperas do final da vigência do Plano, o cenário é de abandono. Além da baixa taxa de avanço em praticamente todas as metas, 45% delas estão atualmente em retrocesso e a situação pode ser ainda pior. Dada a grande falta de informações atualizadas, não é possível afirmar com certeza a gravidade dos atrasos e retrocessos. (Campanha nacional pelo direito à educação, 2022).

O relatório apontava, ainda, o grave problema expresso pela falta de disponibilização de dados oficiais, aliado ao retrocesso nos objetivos: com base nos dados coletados em 2021, constata-se que, entre as vinte metas do Plano, quinze não estavam cumpridas, e que, entre as cinco metas parcialmente cumpridas, estavam aquelas que já tinham sido alcançadas no momento da aprovação da Lei em 2014, não indicando propriamente progresso do sistema educacional.

Quadro 1 - Metas não cumpridas, cumpridas parcialmente ou que apresentam retrocesso

META	OBJETIVO
META 2	Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
META 3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.
META 4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

META 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.
META 6	Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.
META 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
META 9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
META 10	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.
META 12	Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
META 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
META 17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

META 18	Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
META 19	Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
META 20	Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Fonte: campanha nacional pelo direito à educação, 2022.

Importante ressaltar, ainda, que das metas apresentadas que não estavam sendo cumpridas ou apresentavam um ritmo lento, o relatório alertava sobre o grave problema no que se referia à **Meta 9** (Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional):

Como acontece em outros dispositivos do Plano Nacional de Educação, a taxa de 93,5% esperada para a alfabetização dos brasileiros em 2015 não foi cumprida no prazo. Só 2 anos depois, em 2017, isso aconteceu. Sem uma aceleração, a perspectiva é que o objetivo de universalização estabelecido para 2024 também não seja cumprido no prazo. Até lá, é preciso garantir o direito à educação que foi até agora negado a essas pessoas, que são quase 9 milhões, um contingente maior do que a população de muitos países. (Campanha nacional pelo direito à educação, 2022).

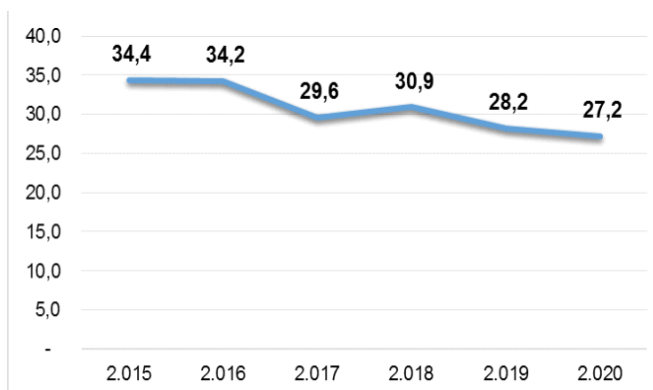
Associando a lentidão dos avanços rumo ao cumprimento das metas e compromisso com a educação, um dos entraves encontrados foi a política de austeridade implementada desde a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016 do Teto de Gastos, comprometendo de maneira crítica os recursos da educação.

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF, 2021), órgão encarregado de fornecer suporte técnico aos parlamentares da Câmara Federal, por meio de consultoria e assessoria, ao tratar das despesas primárias do Ministério da Educação, no período 2015-2020, afirma de forma categórica:

Com o advento da limitação de gastos do Poder Executivo, imposta pela EC nº 95/2016, a tendência verificada no decréscimo das despesas realizadas pelo Ministério da Educação indica que as políticas educacionais não estiveram entre as prioridades do Governo federal ao longo desses cinco exercícios financeiros, o que coloca em risco a observância do princípio constitucional da proibição do retrocesso das políticas sociais. (Consultoria de orçamento e fiscalização financeira - CONOF, 2021)

Segundo os dados da pesquisa, em relação ao orçamento destinado à Educação básica no período analisado, verifica-se um “decréscimo de R\$ 7,1 bilhões (-20,7%) entre 2015 e 2020.”(CONOF, 2021), como mostra o Gráfico 2:

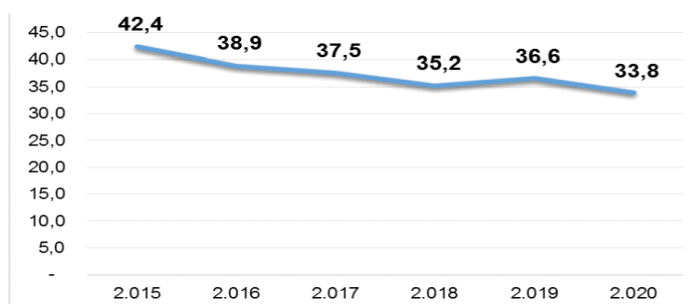
Gráfico 2 - Educação Básica (R\$ bi)



Fonte: Siafi. Despesas corrigidas pelo IPCA. Base 2021

Também pode-se constatar o sucateamento no ensino superior, verificado no mesmo período, “com decréscimo de R\$ 13,3 bilhões (-11,0%)”(CONOF, 2021), como aponta o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Ensino Superior (R\$ bi)



Fonte: Siafi. Despesas corrigidas pelo IPCA. Base 2021

Se essa era a situação corriqueira da educação brasileira, a disseminação da pandemia por todo o País, além dos graves problemas sanitários, com a contaminação de mais de 35 milhões de habitantes e de quase 700 mil óbitos, impactou o sistema de ensino, desafiando educadores e educandos e reduzindo, ainda mais, a qualidade educacional, evidenciando que o princípio de igualdade de oportunidades, que caracteriza um sistema democrático de ensino, não se constitui efetivamente na prática, cujas consequências adversas recaem sobre as camadas mais empobrecidas da população, originadas por uma brutal e inominável desigualdade social, historicamente construída pelas políticas sociais e econômicas de nosso país (Libâneo, 2010).

Em vista dessa situação calamitosa, as universidades brasileiras, que antes da pandemia, como já posto, vinham sendo sucateadas por meio das drásticas reduções de investimentos em bolsas de pesquisas, procuraram responder às necessidades da população, que redundaram, somente em 2021, na defesa de 1.289 dissertações e teses sobre a pandemia, abrangendo distintos campos de conhecimento, desde a saúde, até a educação, passando pelo planejamento urbano, economia etc. (Brasil. MEC. CAPES, 2022).

No tocante à educação, um levantamento preliminar indicou que, de 2020 a 2022, foram defendidas 376 produções, que compuseram o corpus documental desta dissertação, cujo foco envolve exatamente a produção acadêmica de teses e dissertações que procuraram analisar o impacto da pandemia sobre a educação escolar brasileira.

Com apoio no materialismo cultural de Raymond Williams (1980), que entende a produção cultural como um campo de tensões em relação à reprodução da cultura dominante, nesse âmbito, as produções escritas, sejam elas de cunho literário ou acadêmico, são expressões das relações sociais do meio em que foram produzidas, exigindo que as análises sobre elas não podem se restringir ao seu conteúdo interno, descontextualizadas dos meios sociais das quais elas são inseridas, mas devem incorporar elementos que permitam o "exame das condições de uma prática" (Williams, 1980, p.184).

Bueno (2014, p.3) acompanha essa perspectiva compreendendo que, a fim de uma análise crítica das produções, tendo por base os fundamentos da teoria de Williams, faz-se necessário tomar a "produção literária e sua análise crítica como material partícipe da cultura, permitindo o trabalho com outros campos".

O foco desta dissertação, portanto, recai sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre o sistema educacional brasileiro, expressos pelas teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

do Ensino Superior – CAPES, produzidas no período entre 2020 e 2022.

A realização do levantamento, organização e classificação das teses e dissertações, como expressão do campo acadêmico da educação básica e superior, foi organizada com a finalidade de responder três questões:

Quando e quem produziu essas pesquisas?

O que foi investigado?

Por que meios foram desenvolvidas essas investigações?

Em concordância mais uma vez com Bueno (2014, p. 4), esse autor esclarece que

as dissertações e teses não podem ser consideradas como os trabalhos de ponta na investigação de um determinado campo de conhecimento, e que, em nosso País, a pesquisa se concentra, majoritariamente, nos programas de pós-graduação, a produção oriunda de mestrandos e doutorandos dos programas de pós-graduação pode ser considerada como expressão qualificada dos caminhos que a pesquisa (...) tem percorrido, se não nos ativermos a elas como expressões individuais, mas como resultado do trabalho coletivo desenvolvido nos mais diferentes programas, envolvendo suas linhas, grupos e projetos de pesquisa.

Na medida em que não se encontrou, nos levantamentos prévios, trabalho semelhante ao aqui proposto, esta pesquisa pode ser considerada como de caráter exploratório, que possibilitará uma primeira aproximação sobre o que tem sido investigado sobre essa temática, e que se norteia problema de pesquisa a seguir.

Problema de pesquisa

Quem, em termos institucionais, quando, sobre o que e como foram produzidas investigações sobre os impactos da pandemia da covid-19 sobre a educação escolar brasileira, como expressões localizadas dos programas de pós-graduação em que foram defendidas?

Desse problema, decorre o seguinte objetivo:

Objetivo

Analisar as principais tendências de investigação sobre os impactos da Covid 19 sobre a educação escolar brasileira, expressas pelas dissertações e teses brasileiras, em termos de origens institucionais, localização geográfica, seus temas e focos, assim como os procedimentos

de pesquisa utilizados.

A seguir, são esclarecidos os procedimentos de pesquisa:

Procedimentos de pesquisa

- A) Delimitação da fonte dos dados;
- B) Delimitação do período do levantamento;
- C) Coleta dos dados;
 - Identificação da origem institucional
 - Localização geográfica
 - Ano de defesa; e
 - Os focos específicos das produções
- D – Procedimentos metodológicos; e
- E - Procedimentos de análise dos dados.

A pesquisa foi organizada em dois capítulos. No capítulo 1, discutiu-se sobre as consequências sociais da pandemia, as ações governamentais no Brasil, destacando-se a educação e as consequências sociais nessa área. No capítulo 2, foi esclarecido o referencial teórico e apresentados os resultados da coleta de dados e sua análise. Por fim, há as considerações finais.

CAPÍTULO I

AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA PANDEMIA

Ao longo da história humana, há registros de várias epidemias que abalaram povos e nações, fosse sua origem de causas naturais, com espalhamento localizado, disseminação resultante de rotas comerciais, ou ainda disseminações propositais, tal como ocorreu no século XIV, quando uma guerra biológica da *praga* ou *Peste Negra* foi alastrada, a fim de dissipar o inimigo "com a invasão da cidade de Kaffa pelo exército tártaro, que sitiaram a cidade e obrigaram seus habitantes a renderem-se os infectando intencionalmente com *Yersinia pestis* ao lançar sobre as muralhas da cidade os corpos sem vida de seus próprios soldados mortos pela praga" (Marqueti; Omoto; Portugal, 2010). Ou, segundo os historiadores, pode ser desenvolvida uma guerra biológica com o objetivo do colonizador dissipar o colonizado:

No Brasil, durante o século XVI, o governador do Rio de Janeiro, Antônio de Salema, espalhou no lugar onde hoje está o bairro da Gávea, roupas e objetos contaminados com varíola para matar os tamoios daquelas matas. Já no século XVIII, os ingleses usavam lençóis contaminados por varíola para exterminar os índios americanos. (Marqueti; Omoto; Portugal, 2010 p.3)

Independente das causas da disseminação, com a consolidação da estrutura capitalista em praticamente todo o mundo, verifica-se que a tendência histórica tem alvos na transmissibilidade das doenças, seja lá qual for a categoria (surto, endemia, epidemia ou pandemia), vitimizando, massivamente, os mais "frágeis", cujas respostas dos líderes dos povos caminham atendendo, primordialmente, o mercantilismo.

Santos (2021, p. 52), ao analisar a propagação da peste bubônica no final do século XIX, destaca a predominância das ações políticas em prol da economia em momentos epidêmicos: "Durante os estágios iniciais da epidemia, a administração britânica, para não arriscar o florescente comércio global, manteve os portos abertos às atividades comerciais. Essa opção foi desastrosa, pois promoveu a disseminação da doença."

Para além da predominância das questões que procuram evitar problemas econômicos, qualquer que seja a origem de calamidades, ela atinge, de forma muito mais contundente, as camadas mais empobrecidas da população.

Se esses exemplos poderiam ser encarados sob a perspectiva de um momento histórico ultrapassado com a evolução das democracias ocidentais, a emergência da pandemia da

COVID-19 coloca em evidência como as aspirações políticas e as econômicas caminham juntas, mesmo diante de um cenário caótico pandêmico, e normalmente do lado oposto às necessidades sociais:

É verdade que houve muitas pandemias na história. É verdade que a unificação bacteriana global ocorre desde a conquista das Américas, mas a novidade radical da Covid-19 está no fato de ele dar origem a uma megacrise feita da combinação de crises políticas, econômicas, sociais, ecológicas, nacionais, planetárias, que se sustentam mutuamente com componentes, interações e indeterminações múltiplas e interligadas, ou seja, complexas, no sentido original da palavra *complexus*, "o que é tecido junto". (Morin, 2020, p.21)

A primeira manifestação da Covid-19, uma infecção respiratória aguda causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, ocorreu em 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, tendo se disseminado rapidamente por todo o planeta, em razão do crescente número de viajantes, consequência da intensificação vertiginosa dos processos de globalização. Começaram então, no globo, abalos sociais, políticos, econômicos e educacionais, que indicavam a urgente necessidade de contenção das pessoas – o isolamento social – mas que não foi incorporado uniformemente por todos os países, o que favoreceu ainda mais a disseminação da doença.

Em 30 de janeiro de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, após parabenizar as ações (possíveis) de contingência da China, agradeceu aos profissionais de saúde no árduo esforço em estarem na linha de frente de combate ao vírus e apresentou os dados de que "Existem agora 98 casos em 18 países fora da China, incluindo 8 casos de transmissão entre humanos em quatro países: Alemanha, Japão, Vietnã e Estados Unidos da América.". Na ocasião, ele afirmou:

Devemos agir agora para ajudar os países a se prepararem para essa possibilidade. Por todas essas razões, estou declarando uma emergência de saúde pública de interesse internacional devido ao surto global do novo coronavírus. A principal razão para esta declaração não é por causa do que está acontecendo na China, mas por causa do que está acontecendo em outros países. Nossa maior preocupação é a possibilidade de o vírus se espalhar para países com sistemas de saúde mais fracos e mal preparados para lidar com ele. (tradução livre) (Organização Mundial da Saúde, 2020).

Finalizou sua declaração solicitando aos líderes mundiais que embasassem suas decisões na ciência, na verdade "sem medos" e "sem boatos", enfatizando o apelo "a todos os países para que implementem decisões consistentes e baseadas em evidências. A OMS está pronta para aconselhar qualquer país que esteja considerando quais medidas tomar." (tradução livre) (Organização Mundial da Saúde, 2020).

Muitos países implementaram medidas de enfrentamento para reduzir a propagação do vírus, tais como compartilhamento de informação, distanciamento social, uso de máscara e medidas de higiene, testagens e rastreamento, restrições e bloqueios de circulação de pessoas com o fechamento de escolas e empresas, deixando em funcionamento apenas serviços essenciais. Por fim, esses países realizaram ampla campanha de vacinação.

Na avaliação de Morin (2020, p.37) a força do neoliberalismo pairava sobre a economia da maioria dos países do globo em 2019, reduzindo "toda a política à economia e toda a economia à doutrina da livre concorrência como solução para todos os problemas sociais", resultando em crescentes desigualdades sociais e despreparo para lidar com a crise sanitária. Essa política arraigada na agenda neoliberal de restrição orçamentária, impactou negativamente o desenvolvimento e a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, principalmente a menos favorecida, que não pode pagar por serviços considerados essenciais, tais como saúde, educação, segurança, previdência, entre outros.

A pandemia, enquanto uma mega crise, apresentou-se, pois, em um cenário com forte tendência de privatização dos serviços considerados básicos e oferecidos pelo Estado. Contraditoriamente, foi o Estado que precisou afluir e guarnecer a saúde (e outras áreas consideradas de serviços essenciais) para expandir a capacidade de atendimento e cuidados, deixando expostas as fragilidades da falta de políticas de investimento público e a necessidade de fortalecimento dos sistemas de saúde com garantia de acesso aos serviços de qualidade.

Ao buscar responder quem ganha com a política econômica de austeridade, Rossi *et al.* (2019, p. 8) afirmam que se trata "de uma política de classe ou uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos".

Segundo Maringoni *et al* (2021, p. 30) durante as últimas cinco décadas, foi amplamente divulgada e fortalecida a narrativa sobre a ineficiência do Estado, abrindo portas para um período acelerado de liberalização, sendo enfatizadas as palavras de ordem “reformas, enxugamentos e ajustes” para legitimar o desmonte estatal:

A emergência da crise sanitária, a partir de 2020, combinada com recessão econômica na quase totalidade dos países, recoloca na agenda política e na pauta acadêmica o debate sobre o Estado como agente fundamental do desenvolvimento. Abre-se uma janela de oportunidades para a superação do neoliberalismo e da ideia do mercado como

organizador da sociedade. (Maringoni *et al*, 2021, p. 30)

Essa é uma percepção que corrobora com a pesquisa de Martuccelli (2021, p. 6), o qual constata que a falta de investimento na saúde, por cortes orçamentários do Estado, é o resultado vivenciado durante a pandemia,

foi resultado de políticas de austeridade (ou não investimento público em países com superávits orçamentários) motivadas por determinadas orientações econômicas. Essa situação não foi semelhante em todos os lugares, mas foi revelada como uma tendência massiva em muitos dos países que viram seus sistemas de saúde entrarem em colapso durante a pandemia. O resultado dessas políticas foi que, em muitos países, o sistema de saúde ficou impotente para enfrentar a pandemia (apesar de tantas vozes críticas e três surtos epidêmicos apenas na última década). Essa miopia econômica especializada foi compensada com a mono-resposta especializada em saúde: confinamentos. Isolar e desmobilizar a população para ganhar tempo a fim de ampliar o número de leitos, UTIs (unidades de terapia intensiva), equipamentos respiratórios disponíveis ou pelo menos ampliar o número de infecções ao longo do tempo). Em quase todos os países, o confinamento possibilitou aumentar o número de leitos de UTI disponíveis em tempo real. No entanto, como revelado pela chamada segunda onda ou recrudescimento de casos, o sistema de saúde mostrou-se estruturalmente muito fraco. (Martuccelli, 2021, p. 6)

Ao trazer o enfoque para o cenário brasileiro de enfrentamento a pandemia, constata-se a mesma tendência, advinda de uma política de austeridade. O Brasil assumiu essa inclinação em 2016, com a Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os investimentos em serviços públicos, estabelecendo limites aos gastos públicos federais com base nos valores do ano anterior, corrigidos apenas pela inflação. Para os idealizadores, a medida objetivava equilibrar as contas públicas e promover a sustentabilidade. Na prática, limitou os gastos nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, entre outros setores essenciais, impactando negativamente o desenvolvimento e a qualidade dos serviços públicos. Em outras palavras:

A marcha acelerada da destruição constava ponto por ponto do programa de Temer: o teto de gastos, o fim das vinculações constitucionais de educação e saúde, a livre negociação trabalhista, a terceirização total, o endurecimento de regras e capitalização da previdência, a privatização sem peias, a liberdade comercial plena (fazendo tábula rasa de Mercosul, BRICS etc.). Aplicadas todas simultaneamente[...] (Rossi *et al.*, 2019, p.365).

Implementadas, não por coincidência, no mesmo ano em que ocorreu o golpe de Estado contra Dilma Rousseff em 31/08/2016, desde então

o Brasil tem vivido sua pior fase desde a Constituição de 1988 (CF 88) e estudos apontam aumento exponencial da desigualdade social. De acordo com pesquisa mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), mostraram que a diferença entre os rendimentos dos trabalhadores mais ricos e os mais pobres atingiu recorde em 2018 desde o início da série histórica do índice, em 2012. Em 2018, a média do salário mensal recebido por 1% da força do trabalho foi o equivalente a

quase 34 vezes o que a metade mais pobre da população, ou seja, 10% da população concentra 43,1% da massa de rendimentos do país. (Lima, 2021, p.230).

Arroyo (2020), ao examinar as dificuldades vivenciadas no país para enfrentar a pandemia, compreende que, desde o Golpe de 2016, o Brasil tem enfrentado uma política de exacerbação da perspectiva do Estado mínimo:

Não se esforçaram em taxar as altas fortunas, taxar quem está ganhando mais de quarenta mil por mês, porque iriam ter que enfrentar o Supremo e o próprio Congresso. Decidem que o impacto está no funcionalismo público... salários que não podem ser aumentados de educadoras e educadores da universidade ou da escola básica, funcionários da saúde (Arroyo, 2020, p.9)

Diante dos cortes impostos pelas políticas de austeridade, a saúde enfrentou dificuldades para obter recursos adequados, e a educação, em muitos lugares, foi negligenciada, privada de um plano efetivo que garantisse equidade para aqueles que precisam permanecer conectados e seguros. Um exemplo do descaso educacional durante a pandemia é destacado no estudo de Hargreaves (2020). Segundo ele, a pandemia no cenário educacional resulta em dois cenários, para além das dificuldades já vivenciadas na crise sanitária, que merecem a atual e futura preocupação dos estudiosos de todas as áreas:

a onda de austeridade, cortes profundos na educação pública, dificuldades financeiras para as classes trabalhadora e média e uma série de setores privados, incluindo respostas on-line para problemas públicos na educação, levando a mais desigualdade e um mercado digital ainda mais amplo. (Hargreaves, 2020, p. 122).

Um exemplo de como esses aspectos podem ser observados e constatados como foco político ficou evidenciado no convite feito por Andrew Cuomo, governador de Nova Iorque, nos Estados Unidos, a Bill Gates e sua fundação, para ajudarem a “reimaginar” a educação no estado, após a pandemia, pedido esse contestado prontamente, por meio de uma carta aberta de pais e professores com duras críticas a um novo futuro projeto que seria implementado por Gates e sua fundação.

Essa contestação se baseou na avaliação altamente negativa de que o projeto utilizado pela fundação na pandemia prejudicou "as escolas públicas porque eram impraticáveis desde o início e consumiam recursos que poderiam ter sido melhor gastos." (Strauss, 2020).

Entre outras respostas à declaração do governador, esse mesmo autor divulgou a de Kathleen Elliott-Birdsall, professora da Smith Intermediate School, em Cortland (Estado de Nova Iorque), em que afirmava que

"quase ficou apoplética" quando ouviu sobre o plano de Cuomo de trabalhar com a Fundação Gates para "reimaginar a educação". Ela citou o que chamou de "a bagunça que Gates fez com o Common Core" e disse o seguinte sobre seu governador: "Andrew Cuomo não valoriza os professores. Ele não incluiu nenhum educador K-12 em seu painel para reentrada [de fechamentos de coronavírus]. Acho incrível que ele peça a Bill Gates, um homem que tem perturbado a educação de tantas maneiras, para desenvolver um plano. Por que não pedir opinião aos professores, aqueles de nós que estão na linha de frente?" (tradução livre). (Strauss, 2020, 06 de maio).

Cabe destacar ainda que, no mesmo período em que o governador estava preocupado em inserir mais uma vez na agenda a política de austeridade em relação ao sistema de ensino, o relatório do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (em inglês: Centers for Disease Control and Prevention - CDC), apontava que

a cidade de Nova Iorque (NYC) foi um epicentro do surto da doença de coronavírus 2019 (COVID-19) nos Estados Unidos durante a primavera de 2020. Durante março a maio de 2020, aproximadamente 203.000 casos de COVID-19 confirmados em laboratório foram relatados ao Departamento de Saúde e Higiene Mental de Nova Iorque (DOHMH). (tradução livre). (CDC, 2020).

No Brasil, o descaso educacional apresentou-se por vetos que ocorreram em projetos de lei que beneficiariam, especialmente, as camadas populares, como o PL 3477/20 de 23/06/2020, que visava fornecer acesso à internet para alunos de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, escolas indígenas e quilombolas, assim como professores de todas as etapas da educação, alcançando 18 milhões de estudantes e 1,5 milhão de docentes. Assim também foi vetada a Lei 14.040/2020, que flexibilizava o calendário e as regras para o ano letivo de 2020 devido à pandemia. Além disso, o presidente Bolsonaro vetou seis artigos da lei, incluindo disposições sobre repasses de verbas e auxílio técnico para estados e municípios, além da obrigação de as prefeituras de cidades com menos de 50 mil habitantes aumentarem, em 2020, para 40% a compra de produtos de agricultores familiares destinados à merenda escolar. Ambas tiveram alguns vetos presidenciais derrubados, posteriormente, no Senado.

1.1 Ações governamentais – a pandemia no Brasil

Durante o período pandêmico no Brasil, Jair Messias Bolsonaro foi o chefe de Estado.

Bolsonaro é um ex-capitão do Exército Brasileiro e iniciou sua carreira política após deixar o exército. Ele foi eleito vereador e depois deputado federal, ocupando esse cargo por sete mandatos consecutivos. Bolsonaro sempre foi um político polêmico, conhecido por suas opiniões conservadoras. Destaca-se que na mesma medida que defendia uma pauta conservadora dos costumes, por outro, incitava à violência contra os que a ela se opunham, como sua homenagem a um notório torturador no período da ditadura civil-militar, na sessão do parlamento que resultou na cassação da presidenta Dilma, sem qualquer prova de ilicitude por parte dela. Durante seu mandato como presidente, ele enfrentou polêmicas e controvérsias, tanto dentro quanto fora do país. Suas políticas e declarações foram objeto de debates e críticas por diversos setores da sociedade.

Em 26 de fevereiro de 2020, exatamente após um ano, um mês e 28 dias da posse de Bolsonaro, foi constatado oficialmente, no Estado de São Paulo, o primeiro caso de contaminação pela COVID-19 no Brasil: tratava-se de um homem, brasileiro, que recentemente havia retornado de uma viagem à Itália. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia no Brasil.

Em 25 de março de 2020, decorridos vinte e nove dias do primeiro caso confirmado no país e 14 dias após a declaração de pandemia pela OMS, o Ministério da Saúde contabilizava 57 mortes e 2.433 casos confirmados de COVID-19. Contudo, isso não foi suficiente para a incorporação efetiva das medidas de contenção pelo governo brasileiro, o que resultou na demissão do Ministro da Saúde em 16 de abril que, publicamente, insistia nas medidas de isolamento social.

Ao narrar os primeiros dias desse período, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que há mais de um século contribui com pesquisas e descobertas científicas por meio de vacinas e medicamento, auxiliando o Sistema Único de Saúde- SUS, afirmava que:

Antes da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional devido ao novo coronavírus (Covid-19), o governo brasileiro já havia respondido aos alertas da OMS, estabelecendo um Grupo de Emergência em Saúde Pública para desenvolver medidas preventivas e monitorar casos no país. Uma semana depois, políticas importantes foram adotadas: a Presidência da República declarou Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional (Portaria nº 188) e sancionou uma lei nacional (nº 13.979) que orienta as autoridades a impor o isolamento e a quarentena de casos como ações estratégicas para impedir a propagação do vírus. Naquela época, o país parecia comprometido com as recomendações da OMS para interromper a propagação do vírus. O Ministério da Saúde revelou alguma preocupação com o carnaval, mas havia poucas evidências que justificassem o cancelamento do festival mais famoso e lucrativo do país, já que os casos, então conhecidos, estavam sob monitoramento. Logo depois, o cenário mudou (Cimini; Julião; Souza. s.d.).

Nesse sentido, segundo a definição de Santos (2021, p. 164) o Brasil enfrentou duas crises concomitante "a crise sanitária pelo vírus e a crise política provocada por um presidente irresponsável, golpista e de ultradireita". O país sofreu pela ausência de coordenação federal e as desinformações de como atuar frente à doença, sobre as medidas de distanciamento social, o uso de máscara e aspectos de estratégias de combate à disseminação de vírus, o incentivo ao uso de alguns medicamentos sem qualquer base científica sobre a sua eficácia e posteriormente afirmações falaciosas sobre a eficácia da vacina; essa situação que suscitou diferentes iniciativas dos estados e municípios, alguns estabelecendo normativas para cumprimento de medidas de contenção da pandemia, como o Consórcio Nordeste, e outros com medidas pouco eficientes.

Na perspectiva de Saviani (2020), dada a estrutura do Sistema Único de Saúde – SUS e o fato de Brasil ter sido um dos últimos países a ser atingido pela pandemia, faltou planejamento baseado nos países que tiveram êxito no combate ao vírus, investimento, que redundou na não aquisição de insumos e na falta de equipamentos de hospitais:

Com a omissão do governo federal, os governos estaduais e municipais tiveram de procurar adquirir de forma isolada submetendo-se a preços abusivos, além de transtornos quanto à entrega dos equipamentos necessários. O governo federal sequer aplicou os recursos destinados ao combate da epidemia tendo se limitado a apenas 29% do montante aprovado pelo Congresso numa atitude que, mais do que irresponsável pode ser mesmo classificada como genocida, pois desperdiçou recursos aplicando-os de forma equivocada como foi o caso do Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército que já gastou mais de R\$ 1,5 milhão para ampliar, em 100 vezes, sua produção de cloroquina, medicamento sabidamente ineficaz para o combate à Covid 19. (Saviani, 2020, p.9)

Essa falta de coordenação se expressou, por exemplo, no dia 20 de março de 2020, quando, em uma entrevista coletiva, o presidente Bolsonaro, em resposta contrária às ações de estados e municípios, afirmou: "Vocês vão querer jogar a responsabilidade em cima de mim. A economia está parando. Estão tomando medidas, a meu ver, exageradas" (UOL. Economia. 2020).

No dia 15 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os estados e municípios teriam a autonomia para tomar as medidas que achassem necessárias para combater o novo coronavírus, como isolamento social, fechamento do comércio e outras restrições. O caso foi julgado, por meio de uma ação protocolada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), com base na alegação de que a Medida Provisória (MP) 926/2020, editada pelo presidente, era inconstitucional. (Agência Brasil, 2020).

Mais que isto, o Presidente da República fez diversos pronunciamentos culpabilizando

a imprensa pelo que considerou "clima de histeria instalado no país", indo na contramão das ações mundiais e orientações dos órgãos competentes, minimizando a gravidade da doença – chamando-a de "gripezinha" ou "resfriadinho" e questionando o fechamento das escolas, pois segundo ele "o grupo de risco é de pessoas acima de 60", atitude que se repetiu em outras situações, instaurando ainda mais dúvidas na população.

Figura 1 - Capa Jornal Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, em 25/03/2020.

Ao longo de pelo menos dois anos pandêmicos, todas as ações, ou falta delas, do Chefe do Estado, nas diversas tentativas de minimizar não só a velocidade da disseminação da doença, mas, também, de responder às exigências do mercado, resultou, segundo publicação da Agência Brasil do dia 02/12/2022, que “em 24 horas, 35,4 mil novos casos da doença e 129 óbitos [...] e 690.074 mortes registradas em consequência da doença”, na medida em que, tal como afirmou Santos (2021, p. 28),

o poder político conseguiu passar a ideia de que entre a proteção da vida e a saúde da economia havia um *trade-off*, uma troca. Admitiu-se assim que a economia prosperasse em cima de um monte de cadáveres. Os casos patéticos dos EUA, Brasil e Índia vieram revelar cruelmente que tal troca não existia: as mortes não garantem o crescimento econômico. (Santos, 2021 p.28).

Da mesma forma, uma publicação de autoria do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário – CEPEDISA - da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo (USP) e da Conectas Direitos Humanos, no exame das normas jurídicas criadas com objetivo

de controle e contenção da doença, apresentou dados que evidenciaram, mais do que negligência ou incompetência do governo federal, que ocorreu um verdadeiro ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. (Universidade de São Paulo. Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário – Cepedisa; Conectas Direitos Humanos, 2021, p 7):

Os resultados afastam a persistente interpretação de que haveria incompetência e negligência da parte do governo federal na gestão da pandemia. Bem ao contrário, a sistematização de dados, ainda que incompletos em razão da falta de espaço para tantos eventos, revela o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo.

A linha do tempo criada para acompanhar essa trajetória, segundo o mesmo estudo, oferece uma visão de três aspectos imbricados entre si: "a relação direta entre os atos normativos federais, a obstrução constante às respostas locais e a propaganda contra a saúde pública promovida pelo governo federal." (p.2).

Diversas entidades comprometeram-se a produzir boletins que fornecessem de forma concisa e relevante informações sobre o avanço, prevenção e outros aspectos da doença, assegurando ao leitor um mínimo de informações seguras, em uma linguagem acessível, garantindo a comunicação. Na décima edição do Boletim “Direitos na Pandemia. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil”; estruturado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário – CEPEDISA - da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e da Conectas Direitos Humanos, a publicação examinou as normas jurídicas criadas para responder à pandemia da COVID-19 no país. Embora o boletim contenha outros pontos que foram minuciosamente abordados, focaremos no intitulado: "A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da COVID-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil".

O objetivo foi compreender as medidas adotadas pelos órgãos governamentais em resposta à pandemia, levando em consideração a legislação e as diretrizes estabelecidas. Esse esforço buscou fornecer uma visão abrangente e atualizada do panorama normativo, possibilitando uma melhor compreensão das ações empreendidas para enfrentar os desafios impostos pela COVID-19. Inicialmente, o boletim afirma que o Poder Executivo Federal adotou uma postura negacionista, deixando de cumprir suas responsabilidades mais básicas em relação à coordenação do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa atitude compromete o que poderia ser um dos maiores pontos fortes do Brasil diante dessa emergência: "a prática de um federalismo cooperativo e solidário."(p.2), constatando que:

Os resultados afastam a persistente interpretação de que haveria incompetência e negligência da parte do governo federal na gestão da pandemia. Bem ao contrário, a sistematização de dados, ainda que incompletos em razão da falta de espaço para tantos eventos, revela o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo (Universidade de São Paulo. Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário – Cepedisa; Conectas Direitos Humanos, 2021, p 7).

Ao analisar as narrativas presidenciais e as ações governamentais durante a pandemia, é possível identificar diversos temas recorrentes. O presidente Bolsonaro fez críticas (p.8-27) aos protocolos de segurança, ao uso de máscaras e ao isolamento social; negou a gravidade do vírus e minimizou os sintomas da doença; culpabilizou os governadores, prefeitos, o STF e os meios de comunicação; defendeu o tratamento precoce com medicamentos não comprovados cientificamente e criticou as vacinas, sem base científica. Suas declarações mostraram falta de respeito pela vida humana.

No que diz respeito às ações governamentais (p.8-27), a linha do tempo revelou uma propaganda contra a saúde pública, que utilizou argumentos econômicos, ideológicos e morais, os quais se somaram a notícias falsas e informações não comprovadas cientificamente. Além disso, foram identificados atos normativos e vetos presidenciais que prejudicaram a resposta à pandemia. Por exemplo, alguns decretos ampliaram os serviços considerados essenciais, mesmo contrariando o confinamento recomendado (p.8;12). Alguns vetos presidenciais impactaram diretamente a proteção social, como a ampliação do auxílio emergencial e a obrigatoriedade do uso de máscaras. Houve também atos de obstrução da resposta, como a requisição de ventiladores pulmonares (p.16) e problemas na implementação do auxílio emergencial (p.12).

Essas informações destacam a postura e as ações do presidente e seu governo durante a pandemia, apontando para uma abordagem que questionou medidas de saúde pública e tomou decisões que prejudicaram a proteção social e a resposta efetiva à crise sanitária.

Por fim, conforme indica Alves (2021, p. 185), o

conflito entre entes estatais deu-se em grande parte pela opção populista adotada pelo governo federal, de acirrada polarização, passando a antagonizar governadores como adversários da presidência da república, uma vez que, na dicotomia entre povo e elites, os que discordavam do negacionismo presidencial quanto à gravidade do contágio do novo coronavírus deveriam ser considerados como inimigos do povo, despreocupados com a enorme recessão, crise econômica e desemprego, resultante, em muitos casos, das medidas restritivas de quarentena e isolamento (Alves, 2021, p.185).

Se essa era a situação da nação frente à pandemia, especialmente em virtude do descaso

e omissão do governo federal em relação a praticamente todos os aspectos da vida social, cabe, então, focalizar seus efeitos sobre a educação escolar brasileira.

1.2 A pandemia e a educação brasileira – panorama em 2020

O caos no âmbito educacional não poderia ser diferente, as paralisações súbitas das aulas aconteceram sem precedentes de tamanha magnitude na história da educação, afetando todos os níveis e modalidades do sistema educacional, exacerbando as desigualdades já existentes em tempos de normalidade sanitária, entre aqueles alunos que, efetivamente, usufruem dos benefícios dos processos de escolarização e daqueles que, embora dentro do sistema, são excluídos do interior:

A Escola exclui, como sempre, mas ela exclui agora de forma continuada, a todos os níveis de curso, e mantém no próprio âmago aqueles que ela exclui, simplesmente marginalizando-os nas ramificações mais ou menos desvalorizadas. Esses "marginalizados por dentro" estão condenados a oscilar entre a adesão maravilhada a adesão à ilusão proposta e a resignação aos seus veredictos, entre submissão ansiosa e a revoltante impotente (Bourdieu, 1998, p.224).

Entre os dias 17 de março e 03 de abril de 2020, o Ministério da Educação juntamente ao Conselho Nacional de Educação – CNE, por meio de portarias, decretos e resoluções, estabeleceu um conjunto de medidas visando a substituição das aulas presenciais por remotas, por intermédio de meios digitais e plataformas, fazendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com o objetivo de prosseguir com o ensino e cumprir o calendário do ano letivo.

A primeira publicada pelo Ministério da Educação – MEC, foi a de nº 343, publicada no dia 17 de março de 2020, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas remotas, via meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Segundo a portaria, ficava autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

No dia seguinte à primeira iniciativa:

Em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19 (Brasil. Conselho Nacional de

Educação, 2020).

A suspensão das aulas não foi decretada por parte do governo federal, a não ser para as instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino, por meio da Portaria nº 343 do Ministério da Educação (MEC), em 17 de março de 2020.

O CNE reconheceu que todas as medidas de suspensão de aulas e organização da substituição do ensino presencial para o não presencial foram resultantes das ações estaduais e municipais:

Em decorrência deste cenário, os Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação emitiram resoluções e/ou pareceres orientativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais (Brasil. Conselho Nacional de Educação, 2020).

Ao confinar crianças, adolescentes e estudantes universitários em suas casas, com o intuito de não alastrar o vírus, a tragédia foi desvendando outras tragédias, questões emergentes que exigiam respostas e ações políticas na mesma urgência, levando em conta o contexto social marcado por extrema desigualdade; Em vista disso, a expectativa da massa de educadores residia na implementação de políticas públicas efetivas para enfrentar a pandemia e minimizar prejuízos em todas as modalidades de ensino e proteção integral a crianças e adolescentes.

Neste sentido, Apple (2022, p. 2) alertava para a necessidade de não apenas fechar escolas, mas considerar todas as outras questões que contemplassem a integridade de crianças e adolescentes:

Entretanto, o fechamento dessas instituições trouxe consigo um conjunto contínuo de responsabilidades sociais e educacionais que não desapareceram, incluindo o ensino daquilo que é considerado conteúdo importante e o questionamento desse conteúdo, a oferta de refeições para um número enorme de alunos pobres, o atendimento franco e cuidadoso às variadas necessidades dos alunos com deficiência, e muito mais. E nesse contexto, também, as desigualdades existentes foram reproduzidas, enquanto estão sendo criadas outras novas.

No entanto, o confinamento dos alunos em suas casas e a promessa não cumprida de acesso ao conteúdo escolar por meio de meios digitais mostrou que os estudantes enfrentavam, entre muitos outros problemas como a inacessibilidade ao conteúdo das aulas, a não conectividade, a falta de instrumentos de acesso (celulares, computadores, *tablets*), insegurança alimentar, violência física e/ou mental, exposição acentuada à internet, aumento à vulnerabilidade, entre muitos outros prejuízos.

Para Arroyo (2020) faltou um debate democrático, a fim de diagnosticar quais eram os elementos necessários e fundamentais para o sistema educacional enfrentar a situação de crise sanitária, pois o que se estabeleceu como prioridade foi apenas o processo de aprendizagem, pois, para ele, os “processos escolares, quando são colocados como únicos processos a preocupar-nos, esquecemos dos processos de formação humana, da educação” (Arroyo, 2020, p.7)

Saviani (2020) entende que posta a 'excepcionalidade' pelo MEC, de seguir as atividades pedagógicas, via ensino remoto, alguns quesitos deveriam ter sido prontamente cumpridos

- a) o acesso de todos os alunos ao ambiente virtual propiciado pela aparelhagem representada por computadores, celulares e similares;
 - b) considerando que alunos e professores devam estar confinados nas suas residências, estas deverão estar todas equipadas com acesso à internet;
 - c) é preciso que todos os estudantes preencham os requisitos mínimos para acompanharem, com proveito, o ensino remoto. Ou seja, é preciso que todos estejam não apenas alfabetizados em sentido estrito, mas também em sentido funcional e, mais do que isso, não sejam analfabetos digitais.
- Ora, está evidenciado que essas condições não são preenchidas para a grande maioria dos alunos e, mesmo, para boa parte dos professores. (Saviani, 2020, p.6).

O Relatório de Monitoramento Global da Educação – 2020, em seu Capítulo 8, intitulado "COVID-19 e a inclusão na educação" produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, ao analisar as ações governamentais dos países da América Latina e do Caribe (regiões consideradas as “mais desiguais do mundo”) diante da suspensão das aulas e ensino remoto, constatou que a maioria dos países teve que fechar temporariamente as instituições educacionais, e somente a Nicarágua foi o único país da região, e um dos poucos no mundo, a manter as escolas abertas durante a pandemia (UNESCO, 2020).

O fechamento das instituições educacionais, impactou em 70% dos estudantes em todo mundo; “Estima-se que mais de 32 milhões de crianças vivem em lares que não estão conectados à internet.” (UNESCO, 2020).

Sob a ótica da UNESCO 2020, verificou-se o que foi feito em relação à conectividade dos estudantes. Nesse item, o Brasil não é citado.

Quadro 2 - Ações governamentais em prol da conectividade dos estudantes

PAÍSES	AÇÕES GOVERNAMENTAIS EM PROL DA CONECTIVIDADE DOS ESTUDANTES
Argentina	Por meio do regulador de telecomunicações ENACOM, as empresas de telefonia suspenderam as tarifas de navegação na plataforma Educ.ar do Ministério da Educação, que oferece recursos digitais com curadoria para professores, administradores, alunos e famílias; eles também garantiram que o uso do site não afetaria as franquias de dados móveis (Cobo et al., 2020).
Colômbia	Para garantir o acesso das famílias mais pobres, a conexão com a versão móvel do portal educacional Colômbia Aprende é gratuita para usuários que pagaram até US\$ 20 em serviços móveis (Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicação da Colômbia, 2020).
Paraguai	Um acordo entre a Microsoft e o Ministério da Educação e Ciência resultou em um pacote educacional que apoiou 60.000 professores e 1,2 milhão de alunos, a custo zero para os usuários (Cobo et al., 2020).
Uruguai	Uma parceria entre o Plan Ceibal, um programa público que promove o uso de tecnologia da informação e comunicação (TIC) nas escolas, e a empresa de telecomunicações ANTEL proporcionou a todos os alunos acesso ao conteúdo educacional do governo sem custo pelo uso de dados (Plan Ceibal, 2020).
Ilhas Cayman	Uma parceria entre o ministério da educação e a organização sem fins lucrativos Alfabetização é para Todos apoiou o fornecimento de <i>laptops</i> a todos os alunos de escolas públicas (Ministério da Educação, Juventude, Esportes, Agricultura e Terras das Ilhas Cayman, 2020)
Organização dos Estados do Caribe Oriental	Com o apoio da Parceria Global para a Educação (GPE), foram distribuídos dispositivos para pelo menos 12.000 alunos vulneráveis na escola primária em Dominica, Granada, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas, como parte de sua Resposta do Setor Educacional e Estratégia de Recuperação para a COVID-19 (GPE, 2020b)
Panamá	A Samsung disponibilizou ao Ministério da Educação tecnologia para desenvolver uma plataforma on-line que permite a alunos de escolas multisseriadas continuar aprendendo em casa. O projeto também forneceu telefones celulares e <i>tablets</i> , bem como conteúdo educacional, para professores, alunos e pais.
Chile	Atiende (Chile atende), um programa governamental multissetorial, adicionou vários bens e serviços à lista de despesas elegíveis para ajudar os alunos com deficiência a continuar acessando o ensino superior a distância, incluindo <i>tablets</i> , <i>software</i> de reconhecimento de voz, cadeiras de rodas elétricas, estantes de leitura, calculadoras falantes, <i>scanners</i> de bolso, assistentes pessoais, transcrição de informações e intérpretes de linguagem de sinais (Chile Atiende, 2020).
Equador	Recomendou que os professores apoiassem a educação de crianças com deficiência que estavam isoladas em casa (EACDH, 2020).

Fonte: Relatório da UNESCO 2020.

Ao nos voltarmos para a conectividade dos meninos e meninas brasileiras, os dados apresentados pela rede de entidade Direitos na Rede mostram que:

No país, 33% dos domicílios estão desconectados, sem conexão inclusive no celular. Este índice é maior no Nordeste (43%), entre os domicílios com renda familiar de até 1 salário-mínimo (53%) e de 1 até 2 salários-mínimos (34%). Nos domicílios das classes D e E, a desconexão é de 59%. (Direitos na Rede, 2020).

Mesmo com a autorização das aulas remotas, no Brasil, a morosidade em relação a soluções efetivas que acolhessem os excluídos e proporcionassem meios para garantir, minimamente, a conectividade pedagógica, foi gritante: o Projeto de Lei n. 3477, que dispôs

sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública e cuja apresentação à Câmara Federal se efetivou em 23/06/2020, em regime de urgência, só foi transformado em lei em 10/06/2021, ou seja, mais de doze meses após a sua apresentação. Tal como já alertava Santos (2019, p.63): “A exclusão digital é um novo segmento da exclusão social mais ampla. Um desafio político!”

Ainda no documento da UNESCO (2020), levantou-se o que os países estavam fazendo em relação a violência infantil física e mental, no período pandêmico:

Quadro 3 - Ações de prevenção à violência infantil - Física e Mental

PAÍSES	AÇÕES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA INFANTIL- FÍSICA E MENTAL
Argentina, Peru e Suriname	Têm linhas diretas para crianças denunciarem violações dos direitos da criança e violência de gênero em casa; agentes de linha direta também podem ajudar a lidar com as consequências, fornecendo apoio psicossocial (Governo da Argentina, 2020; Convoca, 2020; UNICEF Guiana e Suriname, 2020b).
Cuba	Publicou uma cartilha com diretrizes sobre apoio psicoemocional para crianças pequenas durante o confinamento (Ministério da Educação de Cuba et al., 2020).
Panamá	Publicou uma ferramenta educacional para a prevenção da violência sexual na infância (Secretaria Nacional da Criança, do Adolescente e da Família do Panamá, 2020).

Fonte: Quadro construído pela autora com informações do Relatório da UNESCO 2020.

No Brasil, no site oficial do Ministério da Educação e em seu Canal no Youtube, não foram encontrados canais de denúncia, publicidade de prevenção à violência sexual ou cartilha de apoio. Talvez, em consequência, quando observamos os números de violência sexual e violência física em crianças e adolescentes no período do confinamento, são alarmantes os resultados.

Dentre outras ações realizadas, que constam no Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO (2020), o Brasil aparece de forma positiva nas ações realizadas a fim de proteger jovens e crianças da insegurança alimentar; porém essa ação se refere apenas ao estado de São Paulo, em que “a Secretaria de Educação lançou um programa de apoio social denominado Merenda em casa, que oferece transferência de dinheiro às famílias mais pobres para garantir que os alunos tenham comida suficiente.”

Inúmeros debates tentavam orientar a decisão de fechar e/ou reabrir escolas, embora desde o início, todas essas decisões deveriam orientar-se pela ciência, por uma abordagem baseada em risco que só um monitoramento preciso poderia validar, tendo em vista a epidemiologia local da COVID-19.

No Estado de São Paulo, objetivando acompanhar e monitorar a evolução dos casos a partir da premissa científica e estabelecer estratégias de isolamento para uma retomada segura das atividades sociais, econômicas e educacionais, foi constituído o “Plano São Paulo”.

Por meio da análise dos "Indicadores de evolução da pandemia" e "Classificação por DRS para todo o estado", foram instituídas "cinco fases de risco por ordem decrescente de gravidade, cuja classificação é definida com base em dois critérios: capacidade hospitalar instalada e evolução da epidemia" (São Paulo. Governo Estadual, 2020).

Em 18/03/2020, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, entre um conjunto de medidas, dispôs que as “instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, públicas ou privadas da Educação Básica, e públicas de Educação Superior, deveriam reorganizar seus calendários escolares nessa situação emergencial, podendo propor, para além de reposição de aulas de forma presencial, formas de realização de atividades escolares não presenciais. (São Paulo. Deliberação CEE 177/2020), ratificada por resolução da Secretaria Estadual de Educação, publicada em 18 de março de 2020.

Na mesma data em que o CEE aprovou a deliberação citada acima, o governo paulista baixou o Decreto Nº 64.862, de 13 de março de 2020, “sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, bem como, pelo inciso I deste Artigo 4º, recomendar a suspensão das "aulas na educação básica e superior, adotada gradualmente, no que couber”.

O decreto 64.862, de 2020, pelo inciso I do Artigo 1º, determinou a suspensão das “aulas instituída no âmbito da Secretaria da Educação e do Centro Paula Souza - CEETEPS, estabelecendo-se, no período de 16 a 23 de março de 2020, a adoção gradual dessa medida” A previsão otimista das datas, apoiava-se, inicialmente, na possibilidade do controle da pandemia; porém, segundo o Site do G1, no dia 22 de março de 2020, o “estado de São Paulo registrou mais sete mortes pelo novo coronavírus, e agora chega a 22 o número de mortes, segundo o Ministério da Saúde; são 631 casos confirmados. (G1. Portal de Notícias da Globo, 2020).

Na medida em que a pandemia foi se alastrando por todo o País, apenas no final do ano de 2020, o governo do estado de São Paulo, mediante o Decreto Nº 65.384, de 17 de dezembro de 2020, instituiu o retorno de forma escalonada e gradual, respeitando as fases e a porcentagem permitida, dentro do distanciamento seguro estabelecido no Plano São Paulo, respeitando e podendo ser modificado por meio da monitoração constante da evolução dos casos e estabelecimento de fases.

Apesar do absoluto descaso com que o governo federal tratou a questão da pandemia, houve também, por parte de outros entes federados, a iniciativa de elaborar e executar planejamento comum de combate aos efeitos da pandemia, com destaque para a construção do Consórcio Nordeste, criado no primeiro semestre de 2019, ou seja, antes da eclosão da COVID-19, para

ser o instrumento jurídico, político e econômico de integração dos nove Estados da região Nordeste do Brasil, um território de desenvolvimento sustentável e solidário neste momento de grandes desafios. O Consórcio é uma iniciativa que pretende atrair investimentos e alavancar projetos de forma integrada, constituindo-se, ao mesmo tempo, como uma ferramenta de gestão criada e à disposição dos seus entes consorciados, e como um articulador de pactos de governança. Dentre as possibilidades abertas com a criação do Consórcio, estão a realização de compras conjuntas, a implementação integrada de políticas públicas e a busca por cooperação, também em nível internacional. (Consórcio Nordeste, 2020).

Com a disseminação da doença, o Consórcio Nordeste instituiu o seu Comitê Científico que criou, já em abril de 2020, o aplicativo “Monitora COVID-19”, objetivando registrar, rastrear e monitorar informações de pessoas com suspeita da COVID-19 e viabilizar o atendimento remoto de pessoas doentes. O mesmo comitê publicou 24 boletins científicos que apresentavam clareza nas informações e, apoiados na ciência, recomendavam as ações que os entes do Consórcio deveriam seguir.

O "Boletim 11", de 17 de setembro de 2020, intitulado "Comitê Científico – NE” fez recomendações sobre a volta das aulas presenciais, alertou para a questão das vacinas, e atualizou a situação da COVID-19 em todos os estados do Nordeste. Entre muitas recomendações, advertiu que o fim do ensino remoto deveria estar embasado nas "evidências científicas para definir as datas do retorno ao ensino presencial e guiar a formatação de estratégias e ações de adequação do ambiente escolar de modo a torná-lo o mais seguro possível". Com base nas diferentes formas com que países mais organizados se dispuseram a retornar ao ensino presencial, são apresentados estudos da eficácia de fechamento das escolas:

Suécia (manteve escolas abertas para os dois primeiros anos do ensino fundamental) e Finlândia (que fechou todas as escolas), concluíram que a opção de fechar ou não as escolas, teve pouco impacto no número de casos confirmados em crianças na idade escolar. A Austrália manteve algumas atividades escolares mesmo no decorrer da pandemia e estudos realizados entre as escolas abertas, naquele país, detectou que o ambiente escolar não foi um grande foco de infecção, pois apenas 1% dessas instituições de ensino registraram casos significativos de infecção pelo Covid-19. (Consórcio Nordeste, 2020).

Em contraponto, usa o exemplo de Israel, para alertar que o retorno deveria ser cauteloso e cumprir as regras de distanciamento, uso de máscara, ambiente arejado. O documento suscitou

o debate sobre os riscos para crianças e adolescentes com as escolas fechadas, entre eles, a ausência de acesso à merenda de qualidade, aumentando o consumo de alimentos ultraprocessados no domicílio e a questão psicoemocional.

O comitê reconheceu que decidir pelo retorno não se tratava de "solução fácil ou simplista", mas deveria ser norteada por "um planejamento rigoroso e cauteloso para a volta progressiva e escalonada às aulas, com segurança e com o menor risco possível"(Consórcio Nordeste, 2020).

O mundo foi atingido de forma desigual, claramente, e no território brasileiro, dada a sua dimensão geográfica, somada à extrema desigualdade social, as tomadas de decisão deveriam ser implementadas segundo as possibilidades de cada estado, mas como bem definiu Morin (2020) em sua análise da gestão federativa brasileira "[...] o Brasil, que viveu uma tragédia por ter no comando um presidente irresponsável[...]".

Saviani, em seu artigo resultante do debate virtual, realizado em 5 de junho de 2020, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), após contextualizar a conjuntura política brasileira, advinda de um golpe que só beneficiou as metas obsessivas da política capitalista, somada a crise pandêmica do coronavírus, examinando os impactos estruturais na educação brasileira, afirmou:

É nesse contexto que vem ocorrendo o desmonte da educação nacional pelo corte dos recursos destinados à educação, à ciência e à pesquisa científica, pelo ataque à educação pública com ameaças e iniciativas efetivas de privatização e com a desqualificação e perseguição aos professores. De fato, como ele próprio afirmou, Bolsonaro veio não para construir, mas para destruir o país. No caso da educação, o projeto é destruir a educação pública submetendo todos os níveis e modalidades de ensino aos interesses privados convertendo a educação em mercadoria (Saviani, 2020, p.14).

1.3 Panorama em 2021

Um ano após a instalação pandêmica não foi possível, no entanto, implantar as medidas em prática no calendário escolar previsto para 2021, pois os números de mortes e contaminações voltaram a subir em todo país: segundo o Instituto Butantan, em 23 de março, observou-se, pela primeira vez, mais de 3 mil mortes diárias por Covid-19: em 24 horas ocorreram 3.251 óbitos, tornando impossível o retorno às aulas de forma segura. A Organização Mundial da Saúde (OMS) nomeou esse período como a "nova onda" de casos, em diversos países.

Segundo os dados do site do Instituto Butantan, sobre o início do ano de 2021:

7 de janeiro: Brasil chega a 200 mil mortes pela Covid-19, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), e se torna o segundo país do mundo com maior número de óbitos, atrás somente dos Estados Unidos.

14 de janeiro: Estoque de oxigênio em Manaus se esgota e sistema de saúde colapsa, com dezenas de mortes por asfixia de pacientes com Covid-19.

17 de janeiro: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprova o uso emergencial da CoronaVac, possibilitando o início da vacinação contra a Covid-19 no Brasil. A primeira pessoa a ser imunizada foi a enfermeira do Instituto de Infectologia Emílio Ribas Mônica Calazans, de 54 anos. (São Paulo. Instituto Butantan, 2021).

O Relatório do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, considerado o documento mais importante para a análise da conjuntura de violências no país, concluiu em seu levantamento de 2020 que, com as medidas de isolamento social, houve um aumento

de 4% das mortes violentas em todas as idades e, ao tratar de crianças e adolescentes, essa realidade também se apresentou. Em 2020, ao menos, 267 crianças de 0 a 11 anos e 5.855 crianças e adolescentes de 12 a 19 anos foram vítimas de mortes violentas intencionais. Ou seja, trata-se de 6.122 crianças e adolescentes que morreram por causas violentas. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021)

Em entrevista à CNN Brasil, em 17/09/2021, a diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin, a qual apoiava-se em pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que investigou os impactos da COVID 19 sobre os sistemas educacionais em 37 países, declarou:

A crise que vivemos não é só sanitária, ela se tornou uma crise educacional. Isso significa que, depois de um ano e meio de escolas fechadas, as perdas de aprendizagem seriam ainda piores do que se revelaram se não houvesse alguma atividade para mitigar os danos feita por tanto tempo em tantas escolas. Deveríamos ter investido em plataformas digitais, em conectividade para os estudantes, contratado mais professores, como Portugal fez, para dar um reforço escolar, e melhorar a infraestrutura das escolas para um retorno presencial seguro. O MEC tinha um papel de coordenar essa resposta educacional à Covid, e infelizmente isso não foi feito (COSTIN, 2021)

O caos municipal, estadual e federativo impossibilitou ações integradas. As falas desagregadas da real situação declaradas pelo presidente da república, juntamente com declarações ofensivas sobre a vacina, em um momento em que o país lidava com o aumento dos mortos e contaminados, deixou a nação ainda mais dividida e doente. E é nesse contexto que as aulas são retomadas em quase todo o país, de forma híbrida ou escalonada.

1.4 Panorama em 2022

O Relatório de 2022, proveniente dos B.O. (Boletins de Ocorrência), ou seja, os casos em que as vítimas tiveram coragem de denunciar, verificou, em primeiro lugar que, entre 2020 e 2021, foi constatado um "pequeno" aumento nas denúncias de estupro, passando de "14.744 para 14.921. Já no que tange ao estupro de vulnerável, este número sobe de 43.427 para 45.994, sendo que, destes, 35.735, ou seja, 61,3%, foram cometidos contra meninas menores de 13 anos (um total de 35.735 vítimas)." (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Diante dessa situação o relatório aponta:

Levantar, analisar e refletir sobre os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil é urgente. Aliás, é urgente há muito tempo. Desde 2019, quando pela primeira vez o Fórum Brasileiro de Segurança Pública conseguiu separar os dados do crime de estupro do crime de estupro de vulnerável, pudemos enxergar que 53,8% desta violência era contra meninas com menos de 13 anos. Esse número sobe para 57,9% em 2020 e 58,8% em 2021. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022)

1.5 As consequências sociais da pandemia na educação

A implementação do Mercado como fornecedor e possibilitador educacional durante o período pandêmico foi potencializada pela transição do ensino presencial para o ensino remoto e, posteriormente, o ensino híbrido. Esse cenário permitiu experimentar uma forma de educação mais alinhada aos objetivos neoliberais, com plataformas digitais. Professores se tornaram produtores de conteúdo, e os alunos, com ou sem mediação familiar, passaram a gerir seu próprio tempo e estudo de forma meritocrática. Os relatórios de competência dos alunos e suas habilidades, em alguns casos, foram gerados por sistemas informatizados, reduzindo o papel do professor ao de um auxiliar nesse percurso tecnológico. Na perspectiva da formação humana, essa mudança simplifica o processo, deixando de lado a importância pedagógica das relações construídas no ensino-aprendizagem.

Ao constatar essa *amostra grátis* da implementação de escola dentro dos moldes do Neoliberalismo, muitas foram (e são) as discussões sobre os caminhos que a educação teria pós pandemia, associada à privatização e a mercantilização do ensino, que dentro das políticas neoliberais são atrativas, em razão das políticas de austeridade que muitos governos mundiais vêm executando, encantados pelo “canto da sereia” do neocapitalismo. Antes da pandemia,

Libânio; Freitas (2018) já chamavam a atenção sobre a instrumentalização da escola para servir aos interesses do Neoliberalismo em detrimento de um desenvolvimento mais completo e humano dos indivíduos, pois

o papel da escola é estar a serviço dos interesses do capitalismo globalizado e das novas formas de sociabilidade na sociedade contemporânea de modo a plasmar no indivíduo capacidades adaptativas e de flexibilidade para o trabalho, o qual vem passando por transformações de natureza tecnológica e organizacional em função das expectativas de lucratividade. Para isso, são centrais duas estratégias: a) atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o trabalho; b) utilizar a educação para proclamar as ideias de excelência do livre mercado e da livre iniciativa (Libânio; Freitas, 2018, p.27).

Essa ênfase excessiva na capacitação para o trabalho e a adaptação ao mercado acaba reduzindo a educação a uma mera preparação para a produção e consumo, negligenciando outras dimensões essenciais da vida, como o desenvolvimento crítico, ético e cidadão, gerando uma homogeneização das mentes, além de promover uma visão unidimensional da excelência, baseada exclusivamente em valores do mercado, sem espaço para reflexão sobre outras formas de organização social e econômica que possam atender melhor às necessidades da sociedade como um todo, o que pode contribuir a longo prazo para a perpetuação de desigualdades e injustiças em razão do bem comum, e a curto prazo ocorrer o desmonte educacional com o fortalecimento da política do Estado mínimo:

Estamos num tempo de desmonte dos direitos, ainda pobres, ainda tênues, mas pequenos direitos que tínhamos conquistado, lutando por direitos e por direito à educação, tudo isso desmontado. E o que está sendo colocado em seu lugar? O Estado Mínimo, o estado de mercado (Arroyo, 2020, p.10).

Durante a pandemia, essas questões tornaram-se ainda mais evidentes, destacando a necessidade de repensar o propósito da educação, promovendo uma visão mais ampla que valorize a diversidade de saberes, habilidades e perspectivas, em busca de uma sociedade mais justa, inclusiva, sustentável e o fortalecimento da ciência por meio de investimentos. É inegável que as respostas imediatas e urgentes frente a paralisação mundial, levaram ao uso indiscriminado dos meios digitais para dar " 'continuidade educativa', a fim de não cortar todos os laços com os alunos e proteger a saúde pública. Todavia, esse não pode ser o futuro" (Nóvoa; Alvim, 2020, p.1). As possibilidades tecnológicas vivenciadas mundialmente, o uso de sistemas remotos, que poderiam contribuir de maneira significativa para a qualificação do trabalho docente, tem sido defendido pelos arautos do neoliberalismo como um meio de adaptação dos

gastos com a educação à austeridade econômica que tanto alardeiam, falsamente, como a solução para a crise global em que vivemos, tal como afirma Saviani:

prevê-se que o período pós-pandemia trará consigo pressões para a generalização da Educação a Distância como se fosse equivalente ao ensino presencial. Aprofunda-se, assim, a tendência à conversão da educação em mercadoria na esteira da privatização que implica, sempre, a busca da redução dos custos visando o aumento dos lucros. (Saviani, 2020, p.6).

Nesse sentido, Apple (2022) contribui para o debate, alertando sobre a falta de uma discussão mais aprofundada sobre os desafios a serem enfrentados no retorno à normalidade sanitária:

um conjunto desses efeitos perigosos, em uma série de consequências que não estão sendo discutidas tanto quanto deveriam estar. Uma das áreas em que essas tensões e desigualdades são visíveis é na do crescimento da Educação Domiciliar/homeschooling. Embora o retorno presencial esteja ocorrendo em um número significativo de escolas, com o fechamento delas por um longo período nos Estados Unidos e em várias outras nações, uma forma híbrida de educação vem se desenvolvendo, muitas vezes de maneiras um tanto incertas e provisórias. Além disso, como muitos dos resultados ainda são totalmente desconhecidos, seria injusto que toda a comunidade de Educação Domiciliar julgasse as escolas apenas em relação à crise que estamos enfrentando atualmente. Contudo, deixe-me levantar uma série de questões que podem ter efeitos muito reais e duradouros no ensino crítico, no currículo e no corpo escolar [...] (Apple, 2022, p.2)

Outras referências educacionais, apresentam uma visão um tanto quanto otimista, e sugere três modalidades de ensino pós-pandemia.

A consequência disso é que, com os meios atuais e certamente também com outros mais, os centros não poderão atender os alunos à moda antiga (não é necessário, aliás, mas isso é outra história, que nós falaremos logo mais). Não só será necessário recorrer a uma combinação bimodal de ensino-aprendizagem virtual e individual (em casa) e presencial e coletivo (na sala de aula), como também a uma combinação trimodal em que se acrescenta o ensino-aprendizagem online, mas na escola, autônomo, mas assistido, na escola mas não na sala de aula (ou não em formato presencial, embora este possa ser um espaço pontual). Esta terceira modalidade é aquela que, suportada por uma tecnologia mais digital do que impressa, pode permitir que um maior número de alunos seja atendido por um menor número de professores. Para aqueles com memória histórica, isso os lembrará das antigas aulas de estudo, em que um professor lidava com um macrogrupo (formado por dois ou mais grupos ordinários) de alunos silenciosamente absortos em seus livros didáticos ou cadernos de lição de casa, só que agora eles podem e devem ser alunos ativos, trabalhando individualmente ou em grupo, servindo-se de tecnologias digitais que, ao contrário daquelas, são interativas. (tradução da autora) (Fernandez Enguita, 2020, p.2)

Utilizar-nos-emos do questionamento de Dubet (2021), em sua intrigante e boa sugestão crítica, para que em vez dos economistas apenas destacarem os graves problemas econômicos causados pela pandemia, por que não analisar o contrário: qual o impacto do fechamento das escolas na economia? Se suas indagações são direcionadas à França, qual é a perspectiva de superação em um país em que os baixos índices de rendimento escolar das camadas populares são resultado histórico e contínuo de políticas educacionais?

Claro, seria absurdo pensar que as semanas de confinamento abrem uma nova era educacional, mas elas revelaram e colocaram múltiplos problemas. Vamos começar com o mais óbvio. Toda a vida familiar é regulada pela escola em uma sociedade onde ambos os pais trabalham. Toda a vida econômica também: já não há escolas, não há centros de lazer, não há creches, não há clubes desportivos... e toda a vida laboral está desorganizada. Os economistas provavelmente poderiam calcular o efeito do fechamento de escolas no PIB. (Dubet, 2021, p.1).

Assim, tendo em conta os inúmeros problemas advindos, por um lado, como consequência direta da disseminação da pandemia, mas por outro, pela falta de coordenação nacional para a sua solução, e que atingiram de forma dramática o campo da educação escolar, vale a pena efetuar este balanço da produção acadêmica sobre a relação entre a pandemia e a educação escolar, que será apresentado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A RELAÇÃO EDUCAÇÃO ESCOLAR E PANDEMIA NO BRASIL

Para além de entender os aspectos que impactam e exigiram ações em relação ao período pandêmico analisado (2020-2022), não apenas no Brasil mas no Mundo, e reconhecer a falta de políticas efetivas emergenciais que orientassem e amparassem o complexo sistema de ensino brasileiro, considera-se que, uma das formas para aprofundar o conhecimento sobre a relação pandemia/educação escolar, entre tantas outras possibilidades, pode ser efetivada por meio da realização de um balanço tendencial, o qual permite dimensionar a amplitude do cenário educacional durante o período, para além dos noticiários e documentos oficiais.

Entendemos ainda que, ao debruçarmo-nos sobre essas produções de dissertações de mestrado e teses de doutorado, as produções de determinada área ou instituição possibilita verificar a situação do conhecimento em um dado momento, permitindo ordenar as diversas informações, além de compreender as relações existentes entre elas, em termos de semelhanças e contradições.

Sob essa ótica utilizaremos as contribuições teóricas do materialismo cultural de Raymond Williams (1980), tendo em vista que as produções têm agregados valores expressos de natureza comunicacional, sendo possível mapear e analisar as tensões, inquietações, desafios e experiências ocorridas no período, tal como as interferências políticas e econômicas e suas consequências.

Nesse sentido, Williams (1980) concebe a produção cultural como um campo de tensões, relacionado à reprodução da cultura dominante. As produções escritas, sejam literárias ou acadêmicas, refletem as relações sociais do meio em que são criadas, exigindo que as análises não se restrinjam apenas ao conteúdo interno, mas considerem o contexto social em que estão inseridas. É fundamental incorporar elementos que permitam "exame das condições de sua prática" (Williams, 1980, p. 184).

Cevasco (2001, p.120) examina a teoria de Williams como "um trabalho social relevante para a crítica. A percepção de que estudar a cultura pode ser a porta de entrada para uma crítica empenhada, que visa entender o funcionamento da sociedade com o objetivo de transformá-la." Ela argumenta que analisar a cultura é uma forma de entender os valores, as normas e as

ideologias que moldam uma sociedade. Em outras palavras, a cultura não é apenas uma manifestação superficial, mas um reflexo profundo das estruturas e dinâmicas sociais. Enfatiza, ainda, que desde os anos 40, houve um reconhecimento de que estudar a cultura poderia ser o ponto de partida para uma análise crítica da sociedade. Isso significa que os estudiosos do materialismo cultural acreditam que examinar a cultura permite desvendar as camadas mais profundas da sociedade, revelando questões de poder, dominação, identidade e classe social, destacando como a cultura é intrinsecamente ligada às estruturas sociais e à busca por uma crítica social eficaz.

Segundo Williams (2005), ao se analisar qualquer produção cultural, é preciso considerar as variantes históricas do processo cultural, que intrinsecamente conecta-se "a uma teoria social, histórica e política mais geral" (p.178).

[...] estamos também definindo uma experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora, mas que na análise (e raramente de outro modo) têm suas características emergentes, relacionadas e dominantes, e na verdade suas hierarquias específicas. Essas são, com frequência, mais reconhecíveis numa fase posterior, quando foram (como ocorre muitas vezes) formalizadas, classificadas, e em muitos casos incorporadas às instituições e formações. Mas a essa altura o caso é diferente: uma nova estrutura de sentimento já terá começado a se formar, no verdadeiro presente social. (Williams, 1980, p. 134-135).

Ao escolhermos examinar as produções acadêmicas, considerando-as produções que exprimem a materialização da cultura, carregadas de inquietações e expressões do meio em que foram investigadas, concordamos com Bueno (2014) quando afirma:

Se é verdade que as dissertações e teses não podem ser consideradas como os trabalhos de ponta na investigação de um determinado campo de conhecimento, no Brasil os programas de pós-graduação constituíram-se no principal lócus de realização de pesquisas. Nesse sentido, a produção oriunda de mestrados e doutorandos dos programas de pós-graduação pode ser considerada como expressão qualificada dos caminhos que a pesquisa em educação [...] tem percorrido, se não nos ativermos a elas como expressões individuais, mas como resultado do trabalho coletivo desenvolvido nos mais diferentes programas, envolvendo suas linhas, grupos e projetos de pesquisa. (Bueno, 2014, p.3).

Bueno (2014) afirma ainda que, acompanhando essa perspectiva, uma análise crítica das produções, tendo por base os fundamentos da teoria de Williams, faz-se necessário tomar a "produção literária e sua análise crítica como material que participe da cultura, permitindo o trabalho com outros campos". (p.3).

Para Williams, as dimensões expressas na prática social, não são hegemônicas, nem lineares, mas fruto de uma dinâmica mais ampla, que contempla

um corpo completo de práticas e expectativas; implica nossas demandas de energia, nosso entendimento comum da natureza do homem e de seu mundo. É um conjunto de significados e valores que, vividos como práticas, parecem se confirmar uns aos outros, constituindo assim o que a maioria das pessoas na sociedade considera ser o sentido da realidade, uma realidade absoluta porque vivida, e é muito difícil, para a maioria das pessoas, ir além dessa realidade em muitos setores de suas vidas (Williams, 2005, p. 217).

Nesse sentido, a realização do levantamento, organização e classificação das teses e dissertações pretende analisar as dissertações e teses brasileiras, com foco nos impactos da Covid 19 sobre a educação escolar brasileira, como expressão do campo acadêmico da educação básica e superior, por meio de três questões:

- quando e quem produziu essas pesquisas;
- o que foi investigado; e
- por que meios foram desenvolvidas essas investigações.

Na medida em que não se encontrou, nos levantamentos prévios, trabalho semelhante ao aqui proposto, esta pesquisa pode ser considerada como de caráter exploratório, que possibilitará uma primeira aproximação sobre o que tem sido investigado sobre essa temática.

Inicialmente, dada a recenticidade do problema de pesquisa envolvido, assim como a definição do período de tempo coincidente com a eclosão e disseminação violenta do contágio da pandemia (2020 a 2022), havia uma previsão da necessidade de se recorrer a diferentes canais de comunicação (dissertações, teses, artigos em periódicos e trabalhos apresentados em eventos científicos), para que fosse possível selecionar uma massa expressiva de produções que permitisse a realização do balanço.

No entanto, ao efetuar o levantamento das produções no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pode-se constatar grande quantidade de teses e dissertações, razão pela qual ela foi a fonte escolhida para o levantamento da produção acadêmica.

Além disso, a restrição a um único veículo de divulgação, produzido dentro de um âmbito acadêmico específico – os programas de pós-graduação – permitiria mais que uma revisão bibliográfica calcada nos seus autores, possibilitando a realização de balanço tendencial sobre as características da produção institucional da pós-graduação, em respostas às consequências que o campo acadêmico-científico das Instituições de Ensino Superior brasileiras exerceram sobre a educação escolar, considerando as consequências do grave e inesperado problema sanitário e social ocorrido com a pandemia..

Sendo assim, o procedimento de busca foi realizado em 18 de julho de 2022 e optou-

se pela utilização, exclusivamente, do descritor "**covid 19**" **AND educação**, que, inicialmente, resultou em um acervo de 376 produções relacionadas ao tema pesquisado, entre elas teses e dissertações.

No processo de seleção dos trabalhos, o foco foram as obras relacionadas ao objeto de estudo – a relação educação escolar-pandemia – com o propósito de se restringir às publicações com esse foco, visto que muitos trabalhos tratavam de conteúdo especializado nas áreas médica, psicológica, de administração, tecnológica etc.

Foram lidos os resumos dos trabalhos cujos títulos evidenciaram possível incompatibilidade com o tema, assim como os títulos que geraram dúvidas, antes de serem considerados incompatíveis e descartados dos que compuseram o *corpus* documental desta dissertação.

Com base nesse *corpus*, a sistematização dos procedimentos desta investigação será apresentada a seguir.

A) Delimitação da fonte dos dados

Dissertações e Teses constantes do Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC), por meio do descritor “Covid 19 AND educação”.

B) Período do levantamento

O levantamento do referido repositório, utilizando o descritor acima, indicou a existência de 376 produções defendidas no período de 2020 a 2022, das quais foram selecionadas 183 que, efetivamente, tiveram como foco a relação entre a pandemia da COVID-19 e a educação escolar brasileira.

B) Procedimentos de coleta dos dados – os dados foram coletados com base nos seguintes indicadores:

a) Geral

✓ Origem institucional

- Instituição de Ensino Superior;

- Área de avaliação - CAPES;
- Ano de defesa;

✓ O que foi investigado

- Nível/ Etapa/Modalidade (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio; Ensino Superior, EJA, Educação Profissional, Educação Especial)
- Tema específico;

✓ Quais procedimentos foram investigados

- Finalidade
- Abordagem
- Tipo de pesquisa;
- Procedimentos de coleta dos dados;
- Fonte dos dados;
- Base teórica.

D) Procedimentos de análise dos dados

Tendo como base as contribuições de Williams (1969; 1980), a análise dos dados se centrou nas características institucionais das produções, em que se investigou quem e quando foram produzidas essas investigações, quais os temas por elas privilegiados e quais procedimentos selecionados.

2.1 Apresentação dos resultados

Para organização do enorme conjunto de dados colhidos por meio dos procedimentos elencados acima, decidiu-se pela organização em dois tópicos.

- Quem, em termos institucionais, e quando foram produzidas as investigações que resultaram em teses e dissertações sobre a relação pandemia-educação escolar, envolvendo a totalidade da produção;
- Quais as relações mais significativas entre as produções envolvendo os focos dessas investigações, bem como os procedimentos utilizados, restringindo-se à área da educação, conforme classificação apresentada na Tabela 2, em razão do foco desta

investigação e para análise voltada aos programas em que, de alguma forma, a educação escolar constitui um dos núcleos catalisadores da pesquisa.

2.1.1 Quem e quando se investigou a relação entre escola e pandemia

Este primeiro tópico dedica-se à análise global das IES em que foram desenvolvidas pesquisas por meio do cotejamento envolvendo a incidência das produções entre essas instituições, iniciando-se pela Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição da produção por Instituição de Ensino Superior (IES)

IES	Nº	%						
UnB	12	6,6	UNICESUMAR	2	1,1	UEPG	1	0,5
UPM	8	4,4	UNIFENAS	2	1,1	UERGS	1	0,5
UNIVC	6	3,3	UNIFOR	2	1,1	UNIFEI	1	0,5
UNIVÁS	5	2,6	FGV-RJ	2	1,1	FURG	1	0,5
PUC-SP	4	2,2	UNIMEP	2	1,1	UNIFESP	1	0,5
PUC-RS	4	2,2	PUC-CAMP	2	1,1	UNIFIEO	1	0,5
UNILASALLE	4	2,2	UNISAL	2	1,1	UERN	1	0,5
UNIOESTE	4	2,2	UFMT	2	1,1	UFAM	1	0,5
UFSC	4	2,2	UCB	2	1,1	IETEC	1	0,5
UFSCAR	4	2,2	UEM	2	1,1	UNIMES	1	0,5
PUC-RIO	4	2,2	UERJ	2	1,1	UNINTER	1	0,5
UNISINOS	3	1,6	UVA	1	0,5	UFC	1	0,5
UFES	3	1,6	IFRS	1	0,5	IFCE	1	0,5
UFMG	3	1,6	CEFET-RJ	1	0,5	IFES	1	0,5
UFPR	3	1,6	FADIPEL	1	0,5	UNISUAM	1	0,5
UTP	3	1,6	UFPA	1	0,5	UNISUL	1	0,5
UNESP	3	1,6	FEEVALE	1	0,5	UNIUBE	1	0,5
UNICARIOCA	3	1,6	FGV-DF	1	0,5	UNIVALI	1	0,5
UFBA	2	1,1	UFPI	1	0,5	IFMA	1	0,5
UFPB	2	1,1	CEFET_MG	1	0,5	UNIVASF	1	0,5
UFPE	2	1,1	FGV-SP	1	0,5	UFJF	1	0,5
UFPeI	2	1,1	RFEPCT	1	0,5	UNOCHAPECÓ	1	0,5
UFGD	2	1,1	UFSB	1	0,5	UNOESC	1	0,5
UFRJ	2	1,1	FIOCRUZ	1	0,5	UNOESTE	1	0,5
UFRPE	2	1,1	UCDB	1	0,5	UFLA	1	0,5
PUC-MG	2	1,1	UDESC	1	0,5	URI	1	0,5
PUC-PR	2	1,1	FURB	1	0,5	USF	1	0,5
UFSJ	2	1,1	UFTM	1	0,5	USP-S. Carlos	1	0,5
UFSM	2	1,1	UFU	1	0,5	UTFPR	1	0,5
UFG	2	1,1	UFV	1	0,5	UFMA	1	0,5
UNEB	2	1,1	UENF	1	0,5			
UFMS	2	1,1	UEPA	1	0,5			
			UNIC	1	0,5			
			UNICAMP	1	0,5			

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES, 2022.

Para a análise da distribuição das produções pelas Instituições de Ensino Superior em que as teses e dissertações foram produzidas, foram estabelecidos três blocos, com base na incidência nas defesas:

- Alta incidência (12 a 5 defesas);
- Média incidência (4 a 2 defesas); e
- Baixa incidência (1 defesa por IES).

Antes disso, porém, cabe apresentar o universo total desses dados: foram selecionadas, pelos critérios indicados acima, 99 IES com uma produção total de 183 pesquisas, sendo que foram defendidas 54,1% em IES públicas (77 federais, 21 estaduais e 1 municipal) e 45,9% (84) em privadas.

Tendo em vista essa diferença pouco expressiva na incidência das produções entre instituições públicas e privadas, que destoa da maioria dos balanços sobre a produção de pesquisas sobre a educação escolar¹, foi tomada a decisão de, além dos aspectos próprios de cada uma das categorias criadas pelos procedimentos de pesquisa, efetivar o cotejamento entre as IES públicas e as privadas².

A exploração dos dados dos diferentes blocos se restringirá aos dois primeiros, na medida em que o terceiro bloco, por ser formado por instituições em que foram defendidas apenas uma produção durante o período investigado, tem pouca importância em termos de distribuição entre IES públicas e privadas.

O primeiro bloco é composto por quatro Instituições de Ensino Superior (IES), com um total de 31 defesas, representando 16,9% do total.

Dentro dele, verifica-se que apenas a UnB é uma IES pública, com 12 publicações, e as demais (UPM, com 8 produções, UNIVC, com 6 e UNIVÁS, com 5) são instituições privadas, totalizando 19 produções.

Além disso, constata-se a concentração (exceptuando-se a UnB, situada na região Centro-Oeste), que as demais estão situadas na região sudeste: a UPM em São Paulo, a UNIVC no Espírito Santo e a UNIVÁS em Minas Gerais.

O segundo bloco, reunindo instituições em que foram realizadas de 4 a 2 defesas no período investigado, é composto por 38 IES com um total de 95 defesas, representando 56,6% do total.

¹ Ver detalhamento nas páginas. 60 e 61, após a exploração da Tabela 1.

² Este cotejamento entre públicas e privadas não se restringe somente a esta tabela, mas perpassa todo o balanço realizado no tópico 2.2, restrito às produções da área da educação.

Desse grupo, 17 são instituições privadas e 21 públicas (17 Federais e 4 Estaduais), cuja distribuição por região geográfica foi a seguinte:

- Região Sudeste: 6 públicas (2 em MG e RJ; uma cada em SP e ES); 10 privadas (5 em SP, 3 em RJ e 2 em MG);
- Região Sul: 6 públicas (3 em PR, 2 em RS e uma em SC); 5 privadas (3 em PR e 2 em RS);
- Região Centro-Oeste: 4 públicas (2 em MS, uma cada em MT e GO); 1 privada (no DF)
- Região Nordeste: 5 públicas (2 cada em PE e BA, 1 em PB); 1 privada (no CE)
- Região Norte: Não houve.

Portanto, pode-se notar que há diferenças significativas entre os dois blocos em termos de incidência de publicações e a proporção de instituições privadas e federais em cada categoria. As IES com média incidência de publicações são as que mais contribuem para o total de defesas, sendo a maioria delas de natureza privada. Enquanto isso, as IES com alta incidência possuem uma representação equilibrada entre instituições públicas e privadas.

Embora a soma de produções das IES públicas seja superior à das privadas, essa diferença é muito menor do que a maioria dos balanços sobre a educação escolar.

Em um dos estudos pioneiros sobre a produção de teses e dissertações na área de educação, Marin, Bueno e Sampaio (2005)³, sobre a produção acadêmica com foco na escola, por meio de três descritores (currículo, docência e alunos), constataram que, no período de 1981 a 1998, entre 38 IES, a produção se distribuía entre 32 instituições públicas contra apenas 6 privadas (todas essas de cunho confessional).

Os dados quantitativos dessa distribuição mostraram que as 32 IES públicas foram responsáveis pela produção de 2.539 teses e/ou dissertações (72,7%), contra 853 (27,3%) defendidas nas instituições privadas.

Dez anos após, Bueno (2014, p. 220), em balanço sobre as dissertações e teses sobre educação especial defendida no período compreendido entre 1987 e 2009, constatou uma diferença em favor das IES públicas da ordem de 52,6% (76,3% x 23,7%), ou seja, apesar do crescimento exponencial das IES privadas na pós-graduação em educação, a diferença entre elas cresceu em relação ao balanço anterior.

Por fim, Cazelato (2022, p. 23), por sua vez, efetuando balanço sobre a educação de

³ Para esse balanço, quando essa produção foi selecionada (2001), a CAPES ainda não havia criado o Catálogo de Teses e Dissertações, razão pela qual a fonte dos dados foi um CD-ROM, produzido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd (1999).

surdos, pode verificar que, no período de 1987 a 2009, a diferença no volume de produção entre as IES públicas e privadas foi de 45,4% em favor das primeiras: 890 produções em IES públicas (72,5%), contra 335 (27,55) nas privadas, dados que evidenciam a manutenção da diferença da produção entre IES públicas e privadas nos exatos 40 anos que permeiam os dados colhidos de 1981 e os de 2020.

No entanto, parece-nos apressado considerar que essa diferença no presente estudo esteja mostrando que a diminuição percentual da diferença das produções entre as IES públicas e privadas esteja em movimento de queda.

Isto porque as universidades públicas suspenderam as suas atividades durante praticamente todo o ano de 2020, que foram compensadas com a extensão dos semestres letivos para completar a carga horária obrigatória dos diferentes cursos de graduação e de pós-graduação.

Segundo o levantamento feito pelo IPEA (2021), verificou-se que até a primeira quinzena de julho de 2020, entre as "69 universidades federais, 53 haviam interrompido as aulas de graduação, dez estavam realizando atividades remotas e fazendo uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e outras seis realizavam atividades parciais". (IPEA. 2021, p.7).

Diferentemente, as IES privadas, generalizadamente, apressaram-se em oferecer ensino a distância, na medida em que não poderiam cobrar as parcelas mensais das anuidades se as aulas fossem suspensas, pois se isso ocorresse não teriam meios para honrar seus compromissos financeiros.

Esses dados se coadunam com cenário da educação superior no Brasil, com base nos dados INEP (2020), que revela uma predominância significativa de instituições privadas, representando 87,6% do total, enquanto as instituições públicas correspondem a apenas 12,4%.

Das 2.456 instituições de ensino superior (IES) no país, 304 são públicas, distribuídas da seguinte forma: 42,4% estaduais (129 IES), 38,8% federais (118 IES) e 18,8% municipais (57 IES).

Portanto, a maioria das universidades é pública, abrangendo 55,2% das IES desse tipo, enquanto no segmento das IES privadas, as faculdades prevalecem significativamente, representando 81,4% do total de instituições privadas.

Quanto às IES públicas federais, quase três quintos delas são universidades (aproximadamente 59,7%), enquanto 33,9% são compostas por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). (BRASIL. MEC. INEP. 2021, p. 2).

Contudo, segundo o estudo "Pesquisa no Brasil - Um relatório para a CAPES", conduzido pela empresa norte-americana *Clarivate Analytics* e divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a produção científica brasileira concentra-se quase inteiramente dentro das instituições públicas de ensino.

O relatório, baseado em dados de 2011 a 2016, revela que durante esse período foram produzidos aproximadamente 250 mil *papers* (que incluem ensaios, artigos e dissertações, publicados em periódicos especializados ou nos anais de congressos) os quais fazem parte da base de dados internacional *Web of Science*, ou seja, mais de 95% da produção científica no Brasil vem das universidades públicas (federais e estaduais), que representam menos de 12% do total de instituições de ensino superior, conforme indicado no relatório de 2018.

A tabela 2 apresenta os dados referentes à distribuição da produção por área de conhecimento.

Tabela 2 - Distribuição da produção áreas de conhecimento

Áreas	Nº	%
Educação	117	64,1
Ciências Sociais	16	8,6
Saúde	15	8,2
Psicologia	6	3,3
Outras	5	2,7
Interdisciplinar	24	13,1
Total	183	100

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES, 2022.

A tabela 2 revela a distribuição da produção condensada em categorias com junção de áreas afins da CAPES, em que se constata que a área de Educação é a que concentra a maior parte das publicações, com 117 trabalhos, representando 64,1% do total, resultado esperado, dada a natureza desta investigação.

Destaca-se positivamente a presença das áreas de Ciências Sociais e Saúde, que juntas totalizam quase 17% da produção, com 16 e 15 trabalhos, respectivamente.

Por outro lado, a área de Psicologia apresenta um número menor, com apenas 6 trabalhos, correspondendo a 3,3% do total. Isso pode ser visto como uma lacuna, considerando a importância de investigar as consequências da pandemia sobre os agentes escolares, como professores, alunos, funcionários e gestores, tanto em relação à aprendizagem quanto aos aspectos emocionais.

Temos duas dessas dissertações que têm como objetivo explorar o impacto do uso da

tecnologia na educação infantil, mostrando o alcance interdisciplinar dessas pesquisas. Outras 9 dissertações são dedicadas à compreensão do Ensino Remoto, refletindo a relevância desse tema diante das transformações educacionais durante a pandemia. As demais dissertações abordam a prática pedagógica, metodologias ativas e aspectos emocionais, inclusive nos programas de ensino superior, assim como o uso das tecnologias para a continuidade de cursos específicos. Essas pesquisas apresentam a amplitude de áreas de estudo relacionadas ao contexto educacional, enfatizando a importância de uma abordagem holística para lidar com os desafios impostos pela pandemia.

Embora na área Interdisciplinar tenham sido defendidas produções sobre a relação pandemia-educação escolar, ela não foi incluída na categoria “Educação”, porque, se assim fosse procedido, seria necessário fazer o rastreamento em todas as áreas da CAPES: em síntese, o critério foi reunir as áreas específicas afins da CAPES e não as pesquisas sobre a relação investigada em todas as áreas.

Na Tabela 3 estão dispostos os dados referentes à distribuição anual dessa produção.

Tabela 3 - Distribuição anual da produção por titulação

Titulação Ano	Doutorado		Mestrado		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2020	0	0,0	7	4,2	7	3,8
2021	17	94,4	147	89,1	164	89,6
2022	1	5,6	11	6,7	12	6,6
Total	18	100,0	165	100,0	183	100,0

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES, 2022.

Destaca-se uma quantidade significativa de defesas desde o início da pandemia, com um expressivo total de 183 defesas nos três anos afetados pela crise sanitária, perfazendo uma média anual de 61 defesas.

Essa marca evidencia a pronta resposta das universidades, mesmo durante a disseminação brutal da doença em nosso país e a política de desvalorização da pesquisa encetada pelo governo Bolsonaro.

É importante notar que as defesas se concentram nas dissertações (165), representando praticamente 90% do total, indicando que os trabalhos de mestrado foram mais impactados pela pandemia em comparação aos de doutorado (18).

Ao analisar os anos específicos, nota-se que, em 2020, ocorreram 7 defesas de mestrado

e nenhuma de doutorado, quantidade relativamente pequena, se comparada ao ano seguinte.

No caso das dissertações, a pequena quantidade se deve, certamente, ao fato de que, em razão da exigência de 24 meses de prazo, boa parte delas já deveriam estar em processo de finalização, indicando que foram poucas as pesquisas que sofreram consequências devido à pandemia.

Por outro lado, não houve defesa de doutorado em 2020, em razão do prazo mais largo, de 48 meses, pois, no ano da eclosão da pandemia, os alunos cujas defesas deveriam ter sido concretizadas, estariam no 4º ano de curso, com a tese praticamente em fase de finalização.

Em 2021, o mestrado foi mais afetado, já que a pandemia eclodiu exatamente no ano do ingresso da maioria dos alunos, impactando os procedimentos da pesquisa, embora, nesse mesmo ano, tenha ocorrido pico no doutorado, ele é pouco expressivo com apenas 17 defesas.

Já em 2022, houve uma queda significativa nas defesas, tanto para o mestrado quanto para o doutorado, o que pode refletir a adaptação dos procedimentos às restrições impostas pela pandemia, favorecendo a diversificação dos focos das pesquisas.

Em suma, a análise dos dados indica que a pandemia teve um impacto relevante nas defesas de mestrado e doutorado, com variações ao longo dos anos, cujos impactos foram sentidos de maneira distinta em cada nível de titulação, impulsionando a busca por soluções criativas e flexíveis para a realização das pesquisas acadêmicas, mas, também, mostrou a capacidade das universidades em se adaptar e responder prontamente aos desafios impostos pelo contexto da disseminação da COVID-19.

A partir daqui, iniciaremos o segundo tópico desta investigação, em que restringimos a organização e análise dos dados ao campo da educação.

2.1.2 As pesquisas da área da educação no período da COVID-19

Conforme anunciado acima, este tópico reunirá informações mais detalhadas sobre as dissertações e teses produzidas no período mais agudo de disseminação da pandemia, em programas da área de educação em si, bem como de áreas afins (ver nota de rodapé 3, p. 59).

Entre as 99 IES envolvendo todas as áreas, 72 (72,7%) produziram pesquisas sobre a relação aqui investigada em programas da área de Educação, enquanto, em 27 (27,3%) delas,

não foram defendidas produções a respeito, sendo 10 públicas e 17 privadas.⁴

Considerando que, diferentemente da maioria dos balanços sobre os mais variados temas envolvendo a educação escolar, em que as instituições de ensino superior públicas apresentam incidência de dissertações e teses muito superior às privadas, o fato de que durante o período pandêmico as instituições privadas apresentarem, também, incidência expressiva, embora um pouco menor que as anteriores, vale a pena, além de analisar a incidência total da produção das 117 IES, estabelecer cotejamento entre elas, o que será efetivado a partir deste momento.

A Tabela 4 apresenta os dados da distribuição da produção por modalidade dos cursos e instância administrativa das IES.

Tabela 4 - Distribuição da produção por modalidade do mestrado

Instância Modalidade	Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acadêmico	52	57,1	39	42,9	91	100,0
Profissional	16	61,5	10	38,5	26	100,0
Total	68	58,1	49	41,9	117	100,0

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES, 2022.

Nota-se que a incidência de cursos acadêmicos é superior três vezes a dos cursos profissionais nas IES, o que pode ser justificado pela recenticidade destes últimos, bem como pela resistência inicial da pós-graduação da área, que pode ser expressa pela latência de 14 anos entre a publicação da Portaria CAPES n. 47 de 17 de outubro de 1995, que regulamentou a matéria (Revista Administração Contemporânea, 1997), e a criação do primeiro Mestrado Profissional em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2009 (Campos; Guérios, 2017).

Os dados sobre a produção por finalidade e instância administrativa das IES estão dispostos na tabela 5, cujas duas categorias de análise evidenciam o foco das pesquisas no caráter explicativo próprio de estudos científicos (impacto) ou em estudos que privilegiaram a

⁴ IES que não produziram pesquisas sobre a relação: USP-S. Carlos, UVA, UFAM, UNIFIEO, UNIFOR, FURB, UFC, UNIMES, UENF, FGV-DF, UFU, UFV, IETEC, UFJF, FGV-RJ, UNESP, FADIPEL, FEEVALE, UNIVC, UNOCHAPECÓ, UNOESC, UFSB, UPM, UNICARIOCA, UNICESUMAR, UNIFEI, UTFPR e UNIFENAS.

busca de encaminhamentos para superação dos problemas advindos da pandemia.

Tabela 5 - Distribuição da produção por finalidade e instância administrativa da IES

Instância Finalidade	Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Impacto	48	60,0	32	40,0	80	100,0
Superação	20	54,1	17	45,9	37	100,0
Total	68	58,1	49	41,9	117	100,0

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES, 2022.

Notamos uma incidência expressiva nas pesquisas que investigaram os impactos da pandemia sobre a educação nas instituições públicas em comparação com as privadas (proporcionalmente mais que o dobro: 80 contra 37). Ao comparar as instâncias pública e privada, observamos uma diferença substancial de 16,2% a favor das instituições públicas (58,1% em comparação com 41,9%).

Além disso, ao examinar as finalidades das pesquisas, fica evidente que há uma diferença marcante nas instâncias públicas e privadas. As pesquisas que investigaram os impactos da pandemia apresentam uma proporção significativamente maior nas instituições públicas (exatamente 20,0%: 60,0% em comparação com 40,0%) e essa diferença é menos acentuada nas pesquisas que focaram na superação das dificuldades (54,1% x 45,9%).

Isso sugere que a incidência maior de pesquisas nas IES públicas sobre o impacto produzido pela pandemia favoreceu a superioridade percentual de 36,8% total a mais, em comparação com as pesquisas que focalizaram a superação das condições adversas.

A Tabela 6 apresenta as informações referentes à produção por nível/etapa/modalidade de ensino e instância administrativa da IES.

Tabela 6 - Distribuição da produção por nível/etapa/modalidade de ensino

Nível/Etapa/Modalidade	Instância		Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Educação Básica	16	48,5	17	51,5	33	100,0		
Ensino Fundamental 1	18	72,0	7	28,0	25	100,0		
Ensino Médio	7	38,9	11	61,1	18	100,0		
Ensino Fundamental 2	8	61,5	5	38,5	13	100,0		
Educação Infantil	10	83,3	2	16,7	12	100,0		
Ensino Superior - Graduação	6	54,5	5	45,5	11	100,0		
Educação Especial	6	85,7	1	14,3	7	100,0		
Educação de Jovens e Adultos	3	75,0	1	25,0	4	100,0		
Ensino Superior – Pós-Graduação	1	25,0	3	75,0	4	100,0		
Ensino Fundamental	0	0,0	1	100,0	1	100,0		
Educação Profissional	1	100,0	0	0,0	1	100,0		
Total	76	58,9	53	41,1	129	100,0		

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES,2022

Obs.: Os totais são superiores ao número de produções porque esta categoria permitia mais de uma resposta.

Analisando o quadro geral, pode-se constatar que as cinco primeiras colocações concentram 101 (78,3%) pesquisas envolvendo a educação básica e as etapas que as integram, contra apenas 27 (21,7%), que se voltaram à educação especial, EJA e ensino superior.

A existência de apenas uma pesquisa que investigou o ensino fundamental em geral, sem distinção entre Ensino Fundamental 1 e 2, parece evidenciar o cuidado em distinguir as consequências entre o alunado pré-adolescente e adolescente.

No cotejamento entre as instâncias, verifica-se que as IES públicas contribuem com 58,9% da produção total, enquanto as IES privadas representam 41,1%, cuja diferença percentual a mais para as públicas mostra maior diversidade em termos de focos da pesquisa do que nas privadas.

Assim é que a incidência nas IES públicas, especialmente no que se refere ao foco na educação básica, distribuíram-se entre 7 e 8 focos, respectivamente, no Ensino Médio e Fundamental 2, com destaque para aquelas com foco na Educação Básica em geral, Ensino Fundamental 1 e Educação Infantil, cuja incidência, em todas elas, superou uma dezena.

As produções das IES privadas apresentaram incidências menos expressivas: apenas duas com incidência superior a uma dezena, três entre 5 e 7 produções e as demais 5 entre 3 e 1 produções, com 3 delas com apenas uma.

Os dados referentes à distribuição das produções por tema específico de instância administrativa das IES estão dispostos na tabela 7.

Tabela 7 - Distribuição da produção por tema específico e instância administrativa da IES

Tema	Instância	Pública		Privada		Total		Consolidado	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Prática pedagógica		20	58,8	14	41,2	34	100,0	108	73,5
Ensino remoto		19	63,3	11	36,7	30	100,0		
Uso de tecnologia		12	46,2	14	53,8	26	100,0		
Métodos ativos		12	66,7	6	33,3	18	100,0		
Aspectos emocionais		9	60,0	6	40,0	15	100,0	26	17,7
Atividade física		5	71,4	2	28,6	7	100,0		
Alfabetização		3	75,0	1	25,0	4	100,0		
Gestão		1	25,0	3	75,0	4	100,0	13	8,8
Política educacional		2	50,0	2	50,0	4	100,0		
Escola do campo		2	100,0	0	0,0	2	100,0		
Ludicidade infantil		2	100,0	0	0,0	2	100,0		
Evasão escolar		1	100,0	0	0,0	1	100,0		
Total		88	59,9	59	40,1	147	100,0	147	100,0

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES,2022

Obs.: Os totais são superiores ao número de produções porque esta categoria permitia mais de uma resposta.

Os dados globais foram subdivididos em três blocos (Alta, Média e Pequena Incidência), em que se constata, em primeiro lugar, que, com exceção do tema da alfabetização, todas as produções do primeiro bloco têm como foco questões que envolvem o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas pois, além daqueles que se voltaram especificamente para a prática pedagógica, os demais focalizaram o ensino remoto, o uso de tecnologia ou de métodos ativos.

O foco nesses temas parece expressar a imediata reação da produção acadêmica sobre as dificuldades enfrentadas pelas escolas, na medida em que essas produções foram majoritariamente finalizadas no segundo ano da disseminação da pandemia (praticamente 90%), o que obrigou os sistemas de ensino a efetivarem a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto.

No segundo bloco, com exceção das obras que investigaram as consequências da pandemia sobre os processos de alfabetização, caracterizam-se cada um sobre um determinado prisma das consequências sobre os agentes escolares.

De um lado, situam-se aquelas que procuraram investigar os efeitos emocionais da

pandemia em si (dado o seu alto grau de morbidade), como o estresse emocional e a saúde dos professores, ou sobre o impacto sobre os estudantes.

De outro, as pesquisas que investigaram a presença ou ausência de atividades físicas durante a pandemia também tinham como foco a saúde física e mental dos agentes escolares.

No terceiro bloco, há uma contradição intrigante. Por um lado, há positividade ao incluir temas como Escola do Campo e Ludicidade Infantil, que ultrapassam o escopo tradicional da educação. Por outro lado, nota-se a negatividade nas críticas às ações governamentais e à falta de pesquisas sobre política educacional.

No entanto, não se pode desconsiderar o fato de que, apesar de um conjunto de críticas pesadas sobre a omissão e o descaso com planejamento efetivo de combate aos efeitos nefastos da pandemia, especialmente por parte do governo federal, no momento mesmo em que se manifestava concretamente as dificuldades enfrentadas pelas escolas, além do fato dessas políticas (ou falta de) se apresentarem no mesmo momento em que se pesquisava, torna compreensível essa baixa incidência sobre esses temas.

No comparativo entre IES públicas e privadas, as públicas lideraram a produção com 59,9%, sugerindo uma superioridade em relação às investigações relacionadas à pandemia e à educação escolar.

No bloco de Incidência Alta, as produções públicas (63) e privadas (45) revelam semelhança na incidência relativa aos temas investigados, pois a diferença reside unicamente na quantidade maior, em cada um desses temas, de investigações nas IES públicas, com maior concentração em ambas em temas amplos (prática pedagógica e ensino remoto) em comparação com os temas mais específicos (uso de tecnologia e métodos ativos).

A ausência de pesquisas sobre educação do campo e evasão escolar nas IES privadas pode suscitar questões sobre um possível viés ideológico, de esquiva à eleição de tópicos politicamente controversos, mas cuja comprovação merece estudos mais aprofundados.

Na tabela 8 estão dispostos os dados sobre a abordagem de pesquisa e as instâncias administrativas das IES.

Tabela 8 - Distribuição da produção por abordagem de pesquisa e instância administrativa da IES

Abordagem	Instância Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Qualitativa	54	59,3	37	40,7	91	100,0
Qualiquantitativa	5	41,7	7	58,3	12	100,0
Quantitativa	9	64,3	5	35,7	14	100,0
Total	68	58,1	49	41,9	117	100,0

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES,2022

Nas abordagens de pesquisa, verifica-se que a abordagem qualitativa é a mais predominante, compreendendo 77,8% do total de produção, com a IES pública contribuindo com uma parcela maior (59,3%) em comparação com a IES privada (40,7%).

A abordagem qualiquantitativa representa 10,3% da produção total, sendo ligeiramente maior na IES privada (58,3%) do que na pública (41,7%).

Já a abordagem quantitativa corresponde a 11,9% da produção, sendo mais proeminente na IES pública (64,3%) em relação à IES privada (35,7%).

Esses achados, em alguns aspectos, aproximam-se de outros estudos, como por exemplo, com os de Bueno (2014), em relação à grande incidência de trabalhos com abordagem qualitativa; no entanto, diferem bastante no que se refere àqueles que se utilizaram das outras duas abordagens pois, enquanto naquele estudo a incidência de abordagens qualiquantitativas era muito superior às quantitativas (36 x 6), aqui a situação não só se inverte, mas a diferença entre ambas é bem menor (5 x 9).

Se distinguirmos todos os temas que focalizam diferentes aspectos da prática pedagógica (Prática Pedagógica, Ensino Remoto, Uso de Tecnologia, Métodos Ativos) de todos os demais, teremos uma visão mais precisa das razões da concentração de estudos com abordagem qualitativa, conforme os dados da tabela 9.

Tabela 9 - Distribuição da produção por tema e abordagem de pesquisa

Abordagem	Tema Prática pedagógica		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Qualitativa	92	81,4	21	18,6	113	100,0
Quantitativa	7	38,9	11	61,1	18	100,0
Qualiquantitativa	13	81,3	3	18,8	16	100,0
Total	112	76,2	35	23,8	147	100,00

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES, 2022.

Obs. Os totais são superiores ao número de produções porque esta categoria permitia mais de uma resposta.

Os dados dessa tabela comprovam que a proeminência da abordagem qualitativa está intrinsicamente ligada à concentração de estudos na prática pedagógica. Essa concentração sugere que os programas de pós-graduação em Educação direcionaram suas pesquisas para investigar os diversos aspectos da prática pedagógica, em virtude das significativas e tangíveis consequências imprevistas da pandemia na dinâmica ensino-aprendizagem.

Dessa maneira, podemos inferir que, diante das complexas ramificações da pandemia, que afetaram tanto alunos quanto professores, os programas de pós-graduação em educação adotaram uma postura ágil e responsiva. Por meio das pesquisas conduzidas pelos educandos, procuraram não apenas compreender mais precisamente as implicações dessas mudanças, mas também contribuir para a resolução dos desafios emergentes na prática educativa.

Na tabela 10 estão dispostas as informações sobre a produção por tipo de pesquisa e instância administrativa das IES,

Tabela 10 - Distribuição da produção por tipo de pesquisa e instância administrativa da IES

Instância Tipo	Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De campo	64	59,3	44	40,7	108	100,0
Documental	15	48,4	16	51,6	31	100,0
Total	79	56,8	60	43,2	139	100,0

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES, 2022.

Obs. Os totais são superiores ao número de produções porque esta categoria permitia mais de uma resposta.

Similarmente às tabelas antecedentes, observa-se que as IES públicas representam 56,8% da produção total, enquanto as IES privadas correspondem a 43,2%. Os dados que

diferenciam a produção entre IES públicas e privadas revelam que nas instituições de ambas as instâncias, as pesquisas de campo predominam sobre as documentais. No entanto, destaca-se a concentração mais expressiva das pesquisas de campo nas IES públicas (59,3%) em comparação com as privadas (40,7%), sugerindo uma ênfase maior nas instituições públicas nesse tipo de abordagem.

Essa ênfase se torna ainda mais evidente ao se constatar que, apesar da produção total das IES privadas ser inferior à das públicas, às instituições privadas superam as públicas em pesquisas do tipo documental (16 em relação a 15). Assim como se verificou em relação aos dados da tabela anterior, essa distinção parece mostrar um compromisso mais acentuado das públicas em busca de elementos mais precisos das consequências da pandemia sobre o “chão da escola”, assim como para sua superação.

A distribuição da produção por instrumento para coleta e análise dos dados e por instância administrativa das IES está apresentada na tabela 11, distribuídos em três blocos (Alta, Média e Baixa incidência)

Tabela 11 - Distribuição da produção por instrumento de pesquisa e instância administrativa da IES

Instrumento	Instância Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Entrevista	27	50,9	26	49,1	53	100,0
Questionário	25	55,6	20	44,4	45	100,0
Análise documental	17	54,8	14	45,2	31	100,0
Protocolo	16	69,6	7	30,4	23	100,0
Observação	11	84,6	2	15,4	13	100,0
Grupo	6	66,7	3	33,3	9	100,0
Videogravação	5	100,0	0	0,0	5	100,0
Oficina pedagógica	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Relato de experiência	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Não informado	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Total	111	60,0	74	40,0	185	100,0

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES,2022

Obs. Os totais são superiores ao número de produções porque esta categoria permitia mais de uma resposta.

Pode-se verificar que, no bloco dos instrumentos mais utilizados, os três primeiros (entrevista, questionário e análise documental) apresentam incidências semelhantes entre as IES públicas e privadas, mas que o uso dos outros dois (protocolo e observação) foi mais expressivo nas IES públicas.

Nos outros dos blocos, embora os instrumentos de pesquisa tenham sido utilizados em escala muito menor que os do primeiro bloco (16 contra 165), a maioria esmagadora foi das IES públicas, o que parece refletir a utilização de uma maior diversidade de instrumentos.

Essa constatação nos remete às observações de Bourdieu (2004, p. 47) de crítica à perspectiva de investigação de busca pelo pesquisador “por objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela “sociologia espontânea”, na medida em que defende a “necessidade de construir designações específicas que, até mesmo formada com as palavras do vocabulário comum, constroem novos objetos ao construírem novas relações entre os aspetos das coisas”, com destaque para os procedimentos de pesquisa que, no fundo, resultam na construção de objetos diferentes de uma mesma “coisa”.

A pequena quantidade de resumos que não designaram os instrumentos adotados para a pesquisa (2 das IES públicas e 2 das privadas) mostra que esse componente das teses e dissertações, fundamental para a divulgação de qualquer pesquisa, foi crescentemente incorporado, pois o trabalho de Marin; Bueno; Sampaio (2005, p. 191) mostrou que 43,5% das teses e dissertações, defendidas entre 1981 e 1998, não fizeram qualquer referência ao instrumento utilizado.

Por fim, a Tabela 12 dispõe as informações da produção pela fonte dos dados utilizados, por instância administrativa das IES.

Tabela 12 - Distribuição da produção por fonte dos dados e instância administrativa da IES

Instância Fonte	Pública		Privada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Docente	35	56,5	27	43,5	62	100,0
Discente	30	71,4	12	28,6	42	100,0
Documento	13	46,4	15	53,6	28	100,0
Gestor	8	66,7	4	33,3	12	100,0
Família	9	81,8	2	18,2	11	100,0
Legislação	3	42,9	4	57,1	7	100,0
Videoaula	2	100,0	0	0,0	2	100,0
Criança	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Não informado	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Total	102	61,4	64	38,6	166	100,0

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES, 2022.

Obs. Os totais são superiores ao número de produções porque esta categoria permitia mais de uma resposta.

Na análise global da produção, é possível constatar que a instância pública contribuiu com 61,4% da produção total, enquanto a instância privada colaborou com 38,6%, o que era de se esperar, dada a maior quantidade de produções defendidas em IES públicas.

Quanto à distribuição total das fontes selecionadas para a coleta de informações, verifica-se que as três primeiras (docente, discente e documento) responderam por 132 produções, ou seja, a praticamente 80,0% das fontes utilizadas, com todas as cinco outras (gestor, família, legislação, videoaula e criança), por apenas 20,0%.

Em relação à instância administrativa das IES, a distribuição entre elas no primeiro bloco é assimétrica: semelhante com os docentes como fontes; a coleta de dados por meio dos discentes muito mais expressiva nas IES públicas; e, embora semelhantes e com menor incidência, a utilização de documentos como fonte de coleta de dados foi ligeiramente superior nas IES privadas.

As demais fontes utilizadas (tanto as de média quanto de baixa incidência) evidenciam a superioridade das IES públicas (23 fontes) em comparação com as privadas (10 fontes), valendo destacar que, enquanto essas últimas utilizaram apenas três tipos (gestor, família, legislação), nos programas de pós-graduação das IES públicas foram utilizadas todas as fontes desses dois blocos.

Como último elemento de análise, procurou-se levantar os referenciais teóricos explicitados nos resumos, conforme a Tabela 13 abaixo.

Tabela 13 - Referenciais teóricos literalmente apresentados

Nº	Base Teórica	Quantidade
1	Análise de conteúdo	3
2	Adorno	2
3	Ator-rede	2
4	Horkheimer	2
5	Materialismo histórico-dialético	2
6	Psicanálise	2
7	Psicologia cognitiva	2
8	Psicologia histórico-cultural	2
9	Aprendizagem significativa - Ausubel	2
10	Paulo Freire	2
11	Teoria das representações sociais de Moscovici	2
12	Vigotski	2
13	Atividade social	1
14	Autodeterminação	1
15	Conhecimento tecnológico e pedagógico do conteúdo	1
16	Etnopesquisa	1
17	Henri Wallon	1
18	Teoria histórico-cultural	1
19	Metodologia histórico-crítica	1
20	Modelo dos campos semânticos	1
21	Pedagogia dos multiletramentos	1
22	Pensamento decolonial	1
23	Piaget	1
24	Psicometria	1
25	Teoria sócio-histórico-cultural	1
26	Teoria do discurso	1
-	Total	40

Fonte: BRASIL.MEC.CAPES,2022

Entre 117 produções analisadas, impressionantes 88 (75,2%) não identificaram explicitamente seus referenciais teóricos, ausência de informação que não permite afirmar que essas pesquisas não se utilizaram de bases teóricas, mas que tal indicador não foi considerado por seus autores como informação de importância para constar em seus resumos.

Entre as 29 que designaram essas bases, verifica-se a extrema diversidade e absoluta

falta distinção entre base teórica e procedimentos de coleta e organização dos dados (como a análise de conteúdo), ou proposta pedagógica (como “conhecimento tecnológico e pedagógico do conteúdo”), assim como uma designação extremamente ampla (psicologia cognitiva), como se não houvesse distintas perspectivas teóricas dentro dessa vertente. Outros, ainda, que indicam termos como bases teóricas que parecem confundir práticas sociais como referenciais teóricos, como os termos “atividade social” ou “autodeterminação”.

Em síntese, se os dados mencionados anteriormente em relação aos procedimentos de pesquisa apontam para a melhoria na qualidade dos resumos das dissertações e teses, ao serem comparados com balanços anteriores, esse aspecto não se aplica às informações sobre referenciais teóricos utilizados por essas pesquisas.

Esses são os resultados que foram organizados e apresentados, delineando as investigações sobre a relação entre "pandemia" e "educação escolar" realizadas pelas Instituições de Ensino Superior. Tais estudos emergiram da produção acadêmica de pós-graduação, com destaque para aquela que se insere na área de Educação da CAPES e áreas correlatas, cuja análise sintética desses achados será efetuada nas Considerações Finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexa interação entre a pandemia e o contexto educacional, esta pesquisa se dedicou a aprofundar a compreensão dos efeitos do período pandêmico (2020-2022), por meio de uma pesquisa bibliográfica.

No Capítulo I, abordamos desde um histórico dos surtos até o embate de políticas públicas globais sob o neoliberalismo, para depois focar no âmbito nacional e os impactos da pandemia. O delineamento dessa análise foi motivado pela ausência de intervenções emergenciais eficazes no sistema educativo brasileiro, resultando na necessidade de uma investigação detalhada, discutida no Capítulo 2. A abordagem metodológica escolhida foi o balanço tendencial, baseada em dissertações e teses que revelaram um panorama multifacetado do cenário educacional.

A lente teórica do materialismo cultural de Raymond Williams foi adotada como arcabouço conceitual para analisar as produções acadêmicas. Essa perspectiva permitiu não só compreender o conteúdo intrínseco das produções, mas também captar as tensões, desafios e reflexos políticos e econômicos que caracterizaram o período estudado.

A investigação revelou aspectos temporais, institucionais e metodológicos. Três indagações foram as guias para conduzir essa investigação: a identificação de quem e quando conduziu as pesquisas, a compreensão dos tópicos investigados e a análise dos procedimentos metodológicos utilizados.

A aplicação do descritor "Covid-19 AND educação" no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES resultou em um *corpus* de 376 produções, das quais 183 abordaram a relação entre pandemia e educação escolar no Brasil. Analisamos a origem institucional, o nível de ensino, os temas específicos, as perspectivas teóricas e os métodos empregados.

Destacou-se a decisão de comparar instituições de ensino superior públicas e privadas, o que exigiu um planejamento cuidadoso. Ao explorar essa dicotomia, obtivemos uma compreensão abrangente das abordagens usadas para mitigar os efeitos da pandemia na educação. Cabe salientar que, apesar dos ataques do antigo governo federal às universidades públicas, não somente verbais, mas, pior ainda, no corte absurdo de verbas que quase inviabilizaram o seu funcionamento e que redundou em paralisação de boa parte delas, a resposta dessas IES aos desafios causados pela pandemia e pelo descaso desse mesmo governo evidenciaram os seus compromissos com a melhoria da qualidade da educação pública deste país.

Observamos diferenças nas finalidades, abordagens e instrumentos de pesquisa, com predominância de abordagens qualitativas e foco na prática pedagógica. A falta de clareza nos referenciais teóricos em muitas produções também foi discutida.

As conclusões apontaram para a rápida resposta das instituições de ensino às mudanças da pandemia e a diversidade de tópicos investigados. Em relação às pesquisas na área da educação durante a COVID-19, notamos a predominância de cursos acadêmicos em vez de profissionais, maior enfoque nas instituições públicas, ênfase na educação básica, variedade de temas como prática pedagógica e consequências emocionais e prevalência de abordagens qualitativas nas IES públicas. No entanto, a falta de clareza nos referenciais teóricos usados nas pesquisas apontou para a necessidade de melhorias nesse aspecto.

A análise também revelou que a Região Sudeste do Brasil concentrou a maioria das produções acadêmicas, e a área de Educação liderou as publicações. A média anual de defesas (61) evidenciou a agilidade das universidades diante dos desafios impostos pela COVID-19, ressaltando a capacidade de resposta das instituições.

Em síntese, os dados apresentados nas doze tabelas que expuseram os diferentes aspectos tratados pela produção acadêmica e as análises correspondentes falam, por si só, as consequências complexas e funestas sobre a já combalida educação escolar brasileira, assim como as respostas ágeis da pesquisa educacional ainda no período em que a pandemia se espalhava pelo país.

Este estudo pôde, portanto, oferecer uma visão abrangente dos efeitos da pandemia no contexto educacional brasileiro; mais que isso, a diversidade de aspectos investigados pelos programas de pós-graduação, especialmente os da área de educação e afins, mereceriam uma atenção maior por parte dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais para uma ação mais efetiva na busca de superação dos efeitos deletérios causados sobre a educação escolar, em especial sobre as escolas públicas.

REFERÊNCIAS

ALFABETIZAÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf): INAF Brasil 2018, Resultados Preliminares, Pesquisa gera conhecimento o conhecimento transforma.** 2018. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-ResultadosPreliminares_v08Ago2018.pdf . Acesso em 21 dez. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil registra 35,4 mil novos casos de covid-19 em 24 horas.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-12/brasil-registra-354-mil-novos-casos-de-covid-19-em-24-horas>. Acesso em 25 fev. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **STF: estados e municípios podem fazer ações contra covid-19 sem União.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-04/stf-estados-e-municipios-podem-fazer-aco-es-contra-covid-19-sem-uniao>. Acesso em 19 fev. 2023.

ALVES, Fernando Antonio da Silva. **Coronavírus e conflito federativo:** como a gestão da crise da pandemia afetou a relação entre a união e os entes federados, por meio do populismo autoritário, no contexto constitucional periférico do Brasil. Disponível em <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/download/49706/30496/181588> Acesso em 07 fev. 2023.

APPLE, M. W. **Perigos ocultos: covid-19, comodificação e a perda da educação crítica.** Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/download/37954/24767/161540> acesso em 22 fev. 2023.

ARROYO, M. G. (2021). Os desafios da educação na pandemia política: que desafios pedagógicos, em que tempos políticos? **Cenas Educacionais**, Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11878>. Acesso em 21 fev. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória no 934, de 18 agosto de 2020**, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Msg/VEP/VEP-460.htm Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto Legislativo no 6**, de 20 de março de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem no 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DLG&numero=6&ano=2020&ato=b1fAzZU5EMZpWT794>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. MEC. **Portaria no 343, de 17 de março de 2020**, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. MEC. CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Disponível em [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 15 ago.2022.](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 5/2020**, que reorganiza o Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior 2020 - Notas Estatísticas**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. <http://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes#:~:text=Nesse%20contexto%2C%20o%20PNE%20cumpre,b%C3%A1sica%20e%20superior%2C%20ampliar%20o> Acesso em: 30 mai. 2023.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org.). Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BUENO, J. G. S. A pesquisa brasileira sobre educação especial: balanço tendencial das dissertações e teses brasileiras (1987/2009). In: BUENO, J. G. S.; MUNAKATA, K.; CHIOZZINI, D. F. (Org.) **A escola como objeto de estudo: escola, desigualdades, diversidades**. Araraquara, Junqueira & Marin, 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – CONOF. **Nota Técnica n. 19/2021**, que trata das despesas primárias pagas 2015-2020, impacto da EC Nº 95/2016 (Teto de Gastos) e orçamento para 2021 do Ministério da Educação. Disponível em [NT19_2021MECdespesasprimriasetetodegastos.pdf \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/documentos/NT19_2021MECdespesasprimriasetetodegastos.pdf). Acesso, em 30 mai. 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação apresenta 45% das metas em retrocesso**. Disponível em: <www.campanha.org.br>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balanço do Plano nacional da educação**, 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/00_BalancoPNE_Cartelas2022_ok_1.pdf acesso em 26 mai. 2023

CAMPOS, Marília Andrade Torales; GUÉRIOS, Etienne. Mestrado Profissional em Educação: reflexões acerca de uma experiência de formação à luz da autonomia e da profissionalidade docente. **Educar em Revista**, n. 63, 2017, pp. 35-51.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Relatório Semanal de Morbidade e Mortalidade (MMWR)**. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/69/wr/mm6946a2.htm> . Acesso em: 09 jan. 2023.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CEVASCO, M. E. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COALIZÃO DIREITOS NA REDE. **Pela garantia de conexão à Internet no momento mais crítico da pandemia**. Disponível em <https://direitosnarede.org.br/2020/03/30/pela-garantia-de-conexao-a-internet-no-momento-mais-critico-da-pandemia/> . Acesso em 18 fev. 2023.

CNN BRASIL. **MEC não coordenou educação durante a pandemia de Covid-19, diz Cláudia Costin**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mec-nao-coordenou-educacao-durante-a-pandemia-de-covid-19-diz-claudia-costin/>. Acesso em: 10 ago.2022.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Ações de combate à pandemia**. Disponível em <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/compras-conjuntas-combate-a-pandemia/> acesso em 21 dez.2022.

DUBET, F. **Na escola: o que fazer depois do vírus?** Disponível em <https://esprit.presse.fr/article/francois-dubet/a-l-ecole-que-faire-apres-le-virus-42719>. Acesso em 20 fev. 2023.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jLBWTVHsRGSNm78HxCWdHRQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 jun.2020.

FERNÁNDEZ ENGUITA. El virus, ese gran inovador. **Cuadernos de Pedagogía**. Nº 512, Sección Tema del Mes, Sept. 2020, Wolters Kluwer. Disponível em: <https://blog.enguita.info/2020/10/el-virus-ese-gran-innovador.html> Acesso em 25 fev. 2023.

CIMINI, F; JULIÃO, N; SOUZA, A. A Estratégia Brasileira de combate à Covid-19: como o vácuo de liderança minimiza os efeitos das políticas públicas já implementadas Disponível em <https://observatoriahospitalar.fiocruz.br/conteudo-interno/estrategia-brasileira-de-combate-covid-19-como-o-vacu-de-lideranca-minimiza-os> , acesso em 13 set. 2023. S.d.

FOLHA DE S. PAULO. **Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa a mídia**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2020/03/em-pronunciamento-bolsonaro-critica-fechamento-de-escolas-ataca-governadores-e-culpa-midia.shtml>. Acesso em: 10 ago.2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021**. BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. (Coords). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf> Acesso em: 18 fev. 2023.

G1. PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **SP tem 22 mortes por coronavírus no estado; são 631 casos confirmados.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/22/sp-tem-22-mortes-por-coronavirus-no-estado-sao-631-casos-confirmados.ghtml> . Acesso em: 19 ago.2022.

HARGREAVES, Andy. **Teachers must lead schools' response to Covid-19.** 2020. Disponível em <https://www.tes.com/magazine/archive/teachers-must-lead-schools-response-covid-19>. Acesso em 19 ago 2021.

HARGREAVES, Andy. **Austerity and inequality; or prosperity for all? Educational policy directions beyond the pandemic.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346626952_Austerity_and_inequality_or_prosperity_for_all_Educational_policy_directions_beyond_the_pandemic. Acesso em 20 nov.2022

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Jackeline Soares. A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do Covid-19. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/504>. Acesso em: 20 fev. 202.

MARQUETI, D. S; OMOTO, M. T; PORTUGAL, H. H. **Guerra Biológica.** Disponível em <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/2329/1824>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

MARTUCELLI, Danilo. **A gestão anti-sociológica e tecno-experta da pandemia do covid-19.** Disponível em <https://ojs.ehu.eus/index.php/papelesCEIC/article/view/21916>. Acesso em 21 fev. 2023.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via: lições do coronavírus.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MARINGONI, Gilberto; et al. **A volta do estado planejador: neoliberalismo em xeque.** São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022.

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. **Os professores depois da pandemia.** Disponível em <https://doi.org/10.1590/ES.249236>. Acesso em 22 fev.2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. (2020, 30 de janeiro). **Declaração do Diretor-Geral da OMS sobre o Comitê de Emergência do RSI sobre o novo coronavírus (2019-nCoV).** Disponível em [https://www-who-int.translate.goog/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc](https://www-who-int.translate.goog/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 04 jan.2023.

REVISTA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA. Temas em debate: mestrado profissional. **Revista Administração Contemporânea**, vol. 1, n. 2, 1997, pp. 145-152.

ROSSI, Pedro; et al. **Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil.** Disponível em <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456>. Acesso em 12 mai.2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Futuro começa agora**: da pandemia a utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SÃO PAULO. GOVERNO ESTADUAL. **Apresentação do Plano São Paulo**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Apresentacao-Plano-SP.pdf> Acesso em: 18 ago. 2022.

SÃO PAULO. GOVERNO ESTADUAL. **Resolução Seduc, de 18-3-2020**, que homologa, com fundamento no § 1o do artigo 9o, da lei 10.403, de 6 de julho de 1971, a deliberação CEE 177/2020. São Paulo 2020b. Disponível em: <https://decentro.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-de-18-3-2020/#:~:text=DELIBERA%C3%87%C3%83O%20CEE%20177%2F2020%20Fixa,Paulo%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SÃO PAULO. GOVERNO ESTADUAL. **Decreto n. 64.862, de 13 de março de 2020**, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual. São Paulo, 2020c. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-6486213.03.2020.html>. Acesso em: 25 ago.2022.

SÃO PAULO. GOVERNO ESTADUAL. **Decreto n. 64.864, de 16/03/2020**, sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas. São Paulo, 2020d. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64864-16.03.2020.html>. Acesso em: 25 ago.2022.

SÃO PAULO. GOVERNO ESTADUAL. **Decreto n. 65.384, de 17/12/2020**, sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de COVID-19, institui o Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para COVID-19 e dá providências correlatas. São Paulo, 2020e. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65384-17.12.2020.html>. Acesso em: 25 ago.2022.

SÃO PAULO. GOVERNO ESTADUAL. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Deliberação CEE 177, de 18/03/2020**, que fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências. SÃO PAULO. CEE, 2020f. Disponível em: <https://decentro.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-de-18-3-2020/>. Acesso em: 28 ago.2022.

SÃO PAULO. GOVERNO ESTADUAL. INSTITUTO BUTANTAN. **Retrospectiva 2021**: segundo ano da pandemia é marcado pelo avanço da vacinação contra Covid-19 no Brasil. Disponível em <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contr-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 24 ago.2022.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, 2020. Disponível em

<http://educar.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100012&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 fev. 2023.

STRAUSS, Valerie. **Cuomo questiona por que os prédios escolares ainda existem - e diz que Nova York trabalhará com Bill Gates para reimaginar a educação.** Disponível em: https://www-washingtonpost-com.translate.goog/education/2020/05/06/cuomo-questions-why-school-buildings-still-exist-says-new-york-will-work-with-bill-gates-reimagine-education/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc Acesso em : 09 jan. 2023.

UNESCO.ORG. **Relatório de monitoramento global da educação 2020, América latina e Caribe:** inclusão e educação, todos, sem exceção. 2020. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375582>>. Acesso em 17 fev. 2023.

UOL. ECONOMIA. 2020. **Bolsonaro diz que fechar shoppings e comércio prejudica a economia...**Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/20/bolsonaro-diz-que-fechar-shoppings-e-comercio-prejudica-a-economia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 23 nov. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE DIREITO SANITÁRIO – CEPEDISA; CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Direitos na Pandemia. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <https://cepedisa.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2023/02/V3-Boletim-14.pdf>. Acesso em: 23 jun.23.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

WILLIAMS, R. **Marxismo y literatura.** Barcelona: Ediciones 62, 1980.

ANEXO 1

RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES INVESTIGADAS

ALMEIDA, JUCERLANE BAIENSE DE. **AULAS REMOTAS EM TEMPO DE PANDEMIA: DESAFIOS DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DE PRESIDENTE KENNEDY-ES'** 17/12/2021 101 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ, São Mateus.

ALVES, ANDRESSA ARIELLY. **APRENDIZAGEM AUTODIRIGIDA EM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PATOS DE MINAS'** 29/04/2021 85 f. Mestrado Profissional em FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE UBERABA, Uberlândia.

ANDRADE, GABRIEL RODRIGUES DE. **ANÁLISE DA MOTIVAÇÃO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA'** 15/12/2020 60 f. Mestrado em PROMOÇÃO DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CESUMAR, Maringá.

ANDRADE, MARIA CLAUDIA FERREIRA DE. **QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL DE PERNAMBUCO: PERCEPÇÕES DE GESTORES ESCOLARES E PROFESSORES 24/02/2022** 137 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas.

ARAÚJO, KENIA DE. **CORONA GAMES: Jogos educativos para abordagem da COVID-19 no contexto escolar'** 28/06/2021 111 f. Mestrado Profissional em ENSINO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

ARDEO, THAIS MARIA. **Mapeamento da heterogeneidade do acesso à educação à distância devido a pandemia de COVID - 19'** 18/06/2021 44 f. Mestrado Profissional em ECONOMIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ), Rio de Janeiro.

AREAS, CRISTINA DE BORBOREMA. **Fatores que influenciam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência nos cursos de graduação durante a pandemia de COVID-19: o caso da UFRJ 29/07/2021** 214 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

ASSIS, CAROLINE LUISE FLEITH DE. **TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19'** 02/12/2021 153 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO, São Paulo.

AVILA, ANA CLAUDIA ANGELO. **ALFABETIZAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19: um estudo netnográfico em uma turma de 1º ano durante o Ensino Remoto'** 30/11/2021 245 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS

ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei.

AVILA, REGIS JACQUES D. **ACOLHIMENTO VIRTUAL NA PANDEMIA DE COVID-19 COM PERSONAGENS-TIPO EM AUDIOVISUAL PARA UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA'** 21/12/2021 97 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: INSTITUTO FED. DE EDUC, CIÊNC E TECNOLOGIA FARROUPILHA, Vitória.

BAGATINI, BEATRIZ. **COVID 19: IMPACTOS NA OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LAZER DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL'** 26/02/2021 106 f. Mestrado em EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ESPECIAL) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos.

BAPTISTA, JUSSARA DA SILVA. **EJA SEMIPRESENCIAL NA REDE ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO: SIGNIFICAÇÕES DA OFERTA SEGUNDO DISCENTES, DOCENTES E GESTORAS DIANTE DOS AGRAVAMENTOS DA PANDEMIA DE COVID-19'** 31/03/2022 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória.

BARBIERI, ANDREA. **TEM DÚVIDA? NÃO COMPARTILHE! O USO DE FAKE NEWS POR PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM O PROPÓSITO DE DESENVOLVER HABILIDADES EM EDUCAÇÃO MIDIÁTICA COM SEUS ALUNOS'** 10/12/2021 173 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, Curitiba.

BARBOSA, LILIAN LOPES. **Impacto do distanciamento social e de circunstâncias acadêmicas causadas pela pandemia de COVID-19 na saúde mental de docentes e discentes de Programas de Pós-graduação em Odontologia no Brasil'** 03/12/2021 55 f. Mestrado em CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - GOVERNADOR VALADARES, Governador Valadares.

BARBOSA, NATHALIA DORNELAS. **INVESTIGAÇÃO DA CONSCIÊNCIA METACOGNITIVA NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL COM FOCO EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: Um estudo com professores no contexto da pandemia da COVID-19'** 09/12/2021 119 f. Mestrado em NEUROCIÊNCIAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

BATISTA, ANGELA BIGONHA BOVARETO. **Experiência e vivência educacional no contexto das tecnologias: o Colégio dos Jesuítas durante a pandemia'** 04/11/2021 178 f. Mestrado Profissional em Gestão Educacional Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, São Leopoldo.

BATISTA, ISRAEL MATOS. **EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: RESPOSTAS DADAS À PANDEMIA DA COVID-19'** 20/12/2021 11 f. Mestrado em POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO Instituição de Ensino: FUNDACAO GETULIO VARGAS (BRASÍLIA), Brasília.

BETTI, ANA CLAUDIA MORON. **Ocupações infantis e pandemia da COVID-19: a percepção das mães**' 18/02/2021 121 f. Mestrado em TERAPIA OCUPACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos.

BISNETA, BEATRIZ XAVIER MACEDO DA LUZ. **EDUCAÇÃO SUFOCADA: OS IMPACTOS DA COVID-19 NAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DE UNIDADES PRISIONAIS BRASILEIRAS.**' 30/06/2021. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa.

BITTENCOURT, CLEONICE PEREIRA DO NASCIMENTO. **INFÂNCIA E TDICs: A TRÍADE CUIDAR-EDUCAR-BRINCAR NO CAMPO EDUCATIVO DA CRIANÇA DE 0 A 3 ANOS NA PANDEMIA COVID-19.**' 24/11/2021 201 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

BORGES, PATRICIA ADRIANE SOARES. **EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS EM PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19: percepções de docentes do ensino superior** ' 23/02/2022 153 f. Mestrado em Educação, Conhecimento e Sociedade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI, Pouso Alegre.

BRAGA, GARUDA DAS. **Centro de Massa e Exercícios Físicos na Pandemia: Modelo Interativo para o Ensino Fundamental**' 25/08/2020 34 f. Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, São Carlos.

BRIGOLINI, HENRIQUE CAIXETA. **IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (MASP) EM UMA ESCOLA PARTICULAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19** ' 16/04/2021 90 f. Mestrado em Engenharia e Gestão de Processos e Sistemas Instituição de Ensino: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, Belo Horizonte.

CABRERA, DARLENE SILVEIRA. **QUE POSSIBILIDADE SULEADORA DA ALFABETIZAÇÃO TEM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB OS EFEITOS DA PANDEMIA?**' 13/09/202. Doutorado em EDUCAÇÃO AMBIENTAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande.

CAMPOS, ANA PAULA SOARES DE. **ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ESTRATÉGIAS PARA ESTIMULAÇÃO DE FUNÇÕES EXECUTIVAS E METACOGNIÇÃO (PROEFEM) PARA CRIANÇAS DE 3º A 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: REFLEXÕES A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID-19**' 04/08/2021 262 f. Doutorado em DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

CARVALHO, JUCINEIDE LESSA DE. **Corpos e Culturas na Educação a Distância: um estudo de caso sobre formação e experiência em duas Instituições Públicas de Ensino Superior na Bahia/Brasil**' 08/06/2021 147 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador.

CASAGRANDE, EDINEIA. **As propensões da evasão, no período da pandemia, no curso de Administração de uma faculdade privada do oeste do Paraná'** 15/03/2021 82 f. Mestrado Profissional em Administração Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, Cascavel.

CASTARDO, ANA PAULA BORGES. **MÉTODOS E FERRAMENTAS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO APLICADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA COVID-19 '** 14/05/2021 122 f. Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CESUMAR, Maringá.

COELHO, PATRICIA PORTELA. **A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PROMOVER ESTÍMULOS EDUCATIVOS'** 06/08/2021 109 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ, São Mateus.

COFFERRI, FERNANDA FATIMA. **PERSPECTIVAS DE DOUTORANDOS BOLSISTAS ACERCA DO MAL-ESTAR E DO BEM-ESTAR NA PÓS-GRADUAÇÃO'** 21/05/2021 136 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre.

COSTA, AQUILA THALITA SAMPAIO. **Covid-19, childhood, pedagogical practice, listening, children as protagonist, school life'** 26/07/2021 168 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Salvador.

DELUCAS, DANIELA MENDONCA. **LEITURA DO MUNDO E DA PALAVRA: desafios e possibilidades da EJA no contexto da pandemia por Covid-19'** 17/12/2021 203 f. Mestrado em ENSINO, EDUCAÇÃO BÁSICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Alegre.

DEPIERI, LUCIANA RODRIGUES LOUREIRO. **Planejamento: mudanças e permanências do ensino presencial para o remoto no período da pandemia da Covid-19 '** 06/08/2021 104 f. Mestrado Profissional em Educação: formação de formadores Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo.

DIAS, ISABELLA TEIXEIRA LACK. **Impacto do isolamento social, causado pelo COVID-19, na transformação digital da educação executiva no Brasil: um estudo de caso no Instituto de Desenvolvimento Educacional da FGV'** 23/02/2021 114 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ), Rio de Janeiro.

DOMINGUES, SAMIRA BULCAO CARVALHO. **Prática de exercício e comportamento sedentário de professores atuantes no Brasil: antes e durante a epidemia de COVID-19.'** 15/03/2022. Mestrado em CIÊNCIAS DO EXERCÍCIO E DO ESPORTE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

DORILEO, YURI GUIMARAES DA SILVA. **CRIANÇAS, ATIVIDADE FÍSICA E COVID-19: comportamento de crianças durante a pandemia de Covid-19 na visão de seus responsáveis.'** 15/03/2022. Mestrado em CIÊNCIAS DO EXERCÍCIO E DO ESPORTE

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

FACCIN, MAYARA. **HISTÓRIA DA MORTE NO SÉCULO XIV: UMA PROPOSTA PARA OS ENSINOS DE HISTÓRIA E DE IDADE MÉDIA POR MEIO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS'** 18/04/2021 95 f. Mestrado Profissional em Ensino de História Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Rio de Janeiro.

FAGUNDES, ANGELICA TRINDADE. **Saúde mental dos estudantes universitários: características sociodemográficas e o novo contexto da pandemia da COVID-19'** 02/07/2021 128 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, Pelotas.

FANFONI, ELLEN DE LOURDES PELLICIARI. **O ENSINO DA ARTE PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA REMOTA'** 13/12/2021 87 f. Mestrado em ENSINO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE CUIABÁ, Cuiabá.

FECURY, KATIA FERNANDES DE OLIVEIRA. **ASSOCIAÇÃO ENTRE O TEMPO DE USO DE MÍDIAS ELETRÔNICAS E PROBLEMAS EXTERNALIZANTES EM ESCOLARES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 15/12/2020 80 f. Mestrado em DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

FEIJO, JESSICA AZAMBUJA. **MIGRAÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL PARA O EMERGENCIAL REMOTO: uma experiência no ensino da língua inglesa'** 06/08/2021 101 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre.

FELTRIN, BEATRIZ CERVIGNI. **CONCEPÇÕES PRÉVIAS SOBRE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UM ESTUDO COM ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS NO ENSINO REMOTO'** 20/08/2021 117 f. Mestrado em EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A MATEMÁTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá.

FERNANDES, MONICA BEZERRA DA SILVA. **O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO ORAL DOS DISCENTES DURANTE AULAS REMOTAS NA PERSPECTIVA DOCENTE: CRENÇAS, EMOÇÕES E AÇÕES DE PROFESSORAS DE LÍNGUA INGLESA DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL'** 20/08/2021 136 f. Mestrado em LINGÜÍSTICA APLICADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

FERREIRA, MILENE MORAIS. **AS CRIANÇAS E O PARQUE INFANTIL: PERSPECTIVAS ETNOGRÁFICAS EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19'** 10/03/2021 73 f. Mestrado em Educação, Culturas e Identidades Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, Recife.

FERREIRA, PAULA ARAUJO. **INTERVALO: O WEBDOCUMENTÁRIO INTERATIVO COMO REGISTRO DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19**

NA EDUCAÇÃO' 20/12/2021 88 f. Mestrado Profissional em Mídias Criativas Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

FERREIRA, SONJA GABRIELLA MOLL DE CARVALHO. DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 EM 2020: POSSÍVEIS REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES SOBRE SEU TRABALHO' 27/08/2021 80 f. Mestrado Profissional em Educação: formação de formadores Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo.

FIGUEREDO, ERIKA GALVAO. Prática educativa de Educação Física no Instituto Federal do Piauí: ensino remoto no contexto da pandemia covid-19.' 26/08/2021 172 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina.

FRAZAO, CRISTIANE DA SILVA COSTA. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA PRECEPTORIA EM SAÚDE NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY' 26/02/2021 116 f. Mestrado Profissional em POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa.

FREITAS, KLEBER FERNANDES DE. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERCEPÇÕES SOBRE A TRANSIÇÃO DO MODELO TRADICIONAL AO MODELO REMOTO' 24/03/2021 69 f. Mestrado Profissional em GESTÃO PARA A COMPETITIVIDADE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (SP), São Paulo.

FRICKS, LUDIMILA DOS SANTOS COSTA. A VISÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS DE PRESIDENTE KENNEDY/ES SOBRE A APRENDIZAGEM' 16/12/2021 94 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ, São Mateus.

GARCIA, RODRIGO GUERRA. O estudo exploratório do uso da realidade aumentada no período de pandemia da Covid-19 nos ensinios fundamental e médio ' 15/12/2021 125 f. Mestrado em ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

GONCALVES, TACIANO MOREIRA. O ENSINO REMOTO EMERGÊNCIAL NA UNESP DEVIDO À PANDEMIA DE COVID-19: Uma análise baseada na percepção estudantil' 29/11/2021. Doutorado em CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE BUCAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS), São José dos Campos.

GONZALEZ, PATRICIA DANIELE TRISTAO. NARRATIVA DE UMA DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DA FORMAÇÃO ATÉ A PRÁTICA NO PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19' 10/05/2021 84 f. Mestrado em Educação, Conhecimento e Sociedade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI, Pouso Alegre.

GRANUSSO, CAMILA. **REFLEXÕES DOS PROFESSORES SOBRE AS AULAS REMOTAS NO CURSO DE FISIOTERAPIA NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA REGIÃO DE LIMEIRA/SP'** 26/11/2021 74 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO, São Paulo.

GRIS, ANNA CHRISTINA. **RESTRIÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: medidas sanitárias de contenção da COVID-19'** 20/12/2021 148 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, Chapecó.

IANELLI, ALEXANDRA CARMO CACERES. **Imagem da Matemática e Multimodalidade em Vídeos do "Festival de Vídeos Digitais e Educação Matemática'** 13/12/2020 133 f. Mestrado em ENSINO E PROCESSOS FORMATIVOS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO), São José do Rio Preto.

IANISHI, PAULA. **Detecção de vulnerabilidade de estudantes do ensino fundamental público durante a pandemia de Covid-19 através de técnicas de agrupamento'** 04/06/2021 63 f. Mestrado Profissional em Matemática, Estatística e Computação Aplicadas à Indústria Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos.

IBIAPINA, ANA REGINA LEAO. **ANÁLISE DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA, TEMPO DE TELA E DURAÇÃO DO SONO DE ADOLESCENTES ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 26/02/2021. Mestrado em EDUCAÇÃO FÍSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO, Petrolina.

JAQUES, MÔNICA MARIA. **PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E PANDEMIA: a potencialização das dificuldades'** 31/03/2022 158 f. Mestrado em Educação, Conhecimento e Sociedade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI, Pouso Alegre.

JORDAO, EDUARDA DE AGUIAR NUNES. **A BRINQUEDOTECA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O ANTES E O DEPOIS DA PANDEMIA DA COVID-19'** 25/11/2021 140 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ, São Mateus.

JULIANO, KATIA RENATA QUINTEIRO. **A PERCEPÇÃO DAS EDUCADORAS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS DURANTE A PANDEMIA DE 2020 - UM ESTUDO DE CASO'** 08/04/2021 128 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LA SALLE, Canoas.

JUNIOR, WAGNER PORTO REGO. **ATIVIDADES REALIZADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONCEPÇÃO SOBRE BRINCAR E O LUGAR OCUPADO POR BRINCADEIRAS EM ESCOLA DA REDE PRIVADA, NO INTERIOR DA BAHIA'** 24/08/2021 88 f. Doutorado em Ciências do Movimento Humano Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA, Piracicaba.

KAIZER, BETANIA MAFRA. **Modelo multivariado de avaliação da aprendizagem no ensino superior remoto emergencial.** 14/09/2021 214 f. Doutorado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, Itajubá.

KORB, SAMARA MADUREIRA BRITO. **Planejamento cognitivo e estresse ocupacional de professores da Educação Básica no contexto da pandemia da COVID-19** 08/09/2021. Mestrado em CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

LEAL, MARIA MONICA SOUSA. **Desnaturalizando e estranhando a evasão escolar em contexto pandêmico: um exercício de imaginação sociológica na EEM Dr. João Ribeiro Ramos** 22/12/2021 101 f. Mestrado Profissional em SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, Fortaleza.

LIMA, ADRIANA SANCHES SISTO. **CONSULTORIA COLABORATIVA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS DA PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA DURANTE A COVID-19** 06/05/2021 84 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, Dourados.

LIMA, DIEGO RODRIGO HABR DE. **OS DESAFIOS NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NAS AULAS VIRTUAIS DE MATEMÁTICA NO PERÍODO DA PANDEMIA POR COVID-19: UM ESTUDO COM ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL** 30/03/2021 68 f. Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Rio de Janeiro.

LIMA, LUCIENE BARBOSA VITOR. **Caracterização do Atendimento Educacional Especializado para o Aluno com Deficiência Intelectual nas Salas de Recursos Multifuncionais** 28/05/2021 81 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, Dourados.

LIMA, MARILUCI PETRONE. **ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: UMA POSSIBILIDADE DE ALFABETIZAÇÃO EM PERÍODOS DE ISOLAMENTO** 13/08/2021 93 f. Mestrado Profissional em NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro.

LIMA, MOZANIEL MENDES PEREIRA. **O ensinar e o aprender na configuração subjetiva do “ser” professor em tempos de pandemia da covid-19** 21/12/2021. Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

LIMA, YAGO MELO DE. **“NÓS PRECISAMOS UM DO OUTRO”: reflexos das relações entre escola e mães de adolescentes com autismo em sua escolarização na pandemia de Covid-19** 13/12/2021 145 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, Belém.

LISBOA, AMANDA LUIZA RODRIGUES. **O PNAE E SUAS ADAPTAÇÕES EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19: A CRECHE COMO ESPAÇO PROMOTOR DE DIREITOS À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA** 17/08/2021. Mestrado em

Desenvolvimento Regional Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, Pato Branco.

LOPES, ALINE CANO. **ASSOCIAÇÃO ENTRE O TEMPO DE USO DE MÍDIAS ELETRÔNICAS E FUNÇÕES EXECUTIVAS: UM ESTUDO COM CRIANÇAS DE 7 A 11 ANOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**' 17/12/2020 63 f. Mestrado em DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

LOPES, MICHELE MOSCARDINI DE FARIAS. **A LITERATURA E A MATEMÁTICA NO ENSINO DE MÚLTIPLOS COM ALUNOS DO 5º ANO DO FUNDAMENTAL POR MEIO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM MOMENTO PANDÊMICO, EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**' 03/12/2021 230 f. Mestrado Profissional em FORMAÇÃO DOCENTE PARA CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS, ENGENHARIAS E MATEMÁTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre.

LUSTOSA, MARIANA COSTA MASCARENHAS. **RELAÇÕES DA ESCOLA UNIVERSIDADE CONSTRUÍDAS NO ESTÁGIO DE INGLÊS REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UM OLHAR CRÍTICO-DECOLONIAL.**' 29/11/2021 118 f. Mestrado em LINGÜÍSTICA APLICADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

MACHADO, ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA. **Mudanças em instituição de ensino em tempos de Covid-19: estudo de caso no Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT-Campus Rondonópolis MT**' 26/11/2021 144 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: FACULDADE PEDRO LEOPOLDO, Pedro Leopoldo.

MAMEDE, FABIOLA ANTONIETA DA COSTA. **Nível de atividade física, ansiedade e sintomas depressivos de estudantes universitários do curso de educação física durante o isolamento social**' 22/10/2021 65 f. Mestrado em EDUCAÇÃO FÍSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia.

MARCONI, MARCIA VALERIA. **GESTÃO EDUCACIONAL: IMPACTO DA COVID-19 NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DO BRASIL – ANÁLISE ECONÔMICA PELO MÉTODO DINÂMICO**' 24/09/2021 50 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Curitiba.

MARQUES, PEDRO PAULO MENDES DA ROCHA. **Desafios impostos pelo ensino remoto emergencial nas práticas de professores de matemática**' 23/12/2021 124 f. Mestrado em ENSINO DE MATEMÁTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

MARQUES, YONE MARTINS MEDEIROS. **EXPERIÊNCIAS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM SISTEMAS REMOTOS EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL**' 13/12/2021 148 f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

MARTINS, MARIA APARECIDA RAMOS RODRIGUES. **ENGAJAMENTO E DESEMPENHO NAS INTERAÇÕES PROFESSORA-ALUNOS NA SALA DE RECURSOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO DF NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19'** 03/12/2021 142 f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

MEIER, VANESSA RODRIGUES GOMES. **Disfunções musculoesqueléticas estresse emocional em professores do ensino público durante a pandemia de COVID-19'** 09/07/2021 61 f. Mestrado em Ciências da Reabilitação Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA, Rio de Janeiro.

MEIRELLES, DANIELLA VIVEIROS. **O Ensino Remoto Emergencial no Curso de Graduação em Medicina Veterinária durante a pandemia da Covid-19'** 05/08/2021 128 f. Mestrado em MEDICINA VETERINÁRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa.

MELO, LETICIA DAYANNA FERREIRA DE. **SAÚDE MENTAL DE PAIS OU CUIDADORES DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE O PERÍODO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL DA PANDEMIA DE COVID-19'** 09/09/2021 126 f. Mestrado Profissional em Saúde Coletiva Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU, Blumenau.

MELO, SANDRA CRISTINA DE. **NA AUSÊNCIA DO CALOR DO ENCONTRO: AS SIGNIFICAÇÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19'** 30/06/2021 158 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Cuiabá.

MENDONCA, ISIS DE PAULA SANTOS. **O ENSINO DE ESTUDANTES SURDOS COM O APOIO DE RECURSOS DIGITAIS: intervenções pedagógicas com professores em uma perspectiva bilíngue'** 07/12/2021 245 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís.

MILLIET, JOANA SOBRAL. **Ensino remoto emergencial e letramentos midiáticos de professores na pandemia de Covid-19'** 11/02/2022 181 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

MIRANDA, ROGERIO MARIANO DE. **QUALIDADE DE VIDA E ESTRESSE OCUPACIONAL DE PROFESSORES DURANTE PANDEMIA DA COVID-19'** 08/11/2021. Mestrado em Educação Física Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Cuiabá.

MORAES, MICHELLY. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TEMPOS DE COVID-19 NAS AULAS DE QUÍMICA DA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL'** 08/11/2021 62 f. Mestrado em ENSINO DE CIÊNCIAS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande.

MORAIS, LEILA FERREIRA GONCALVES. **EDUCAÇÃO INFANTIL EM TELAS: ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS NA PRODUÇÃO DE VIDEOAULAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19'** 13/05/2021. Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia.

MOREIRA, THAIS SOARES. **ASSOCIAÇÃO ENTRE USO DE MÍDIAS ELETRÔNICAS E PROBLEMAS DE ATENÇÃO EM CRIANÇAS DE 7 A 11 ANOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 28/01/2021 60 f. Mestrado em DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

MORENO, BIANCA SAMPAIO. **Secretarias Estaduais de Educação e Gestão de Redes de Ensino durante a pandemia da Covid-19'** 24/02/2022 166 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

MUTO, JESSICA HARUME DIAS. **ENSINO INFORMATIZADO DE LEITURA E ESCRITA PARA ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ABORDAGEM DA RESPOSTA À INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 '** 07/05/2021 227 f. Mestrado em EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ESPECIAL) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos.

NEGRIN, NAYARA TEIXEIRA. **TAREFAS DE MATEMÁTICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19'** 17/03/2021 81 f. Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional Instituição de Ensino: COLÉGIO PEDRO II, Rio de Janeiro.

NEPOMUCENO, RAUL DE CASTRO ALVES. **RISCO DE SUICÍDIO E DEPRESSÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19'** 30/07/2021 87 f. Mestrado em Ciências Médicas Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, Fortaleza.

NETO, TATSUO IWATA. **Modelo híbrido na educação superior: os desafios da inovação em uma realidade pós-pandemia de Covid-19'** 29/10/2021 278 f. Doutorado em EDUCAÇÃO (CURRÍCULO) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo.

NONAKA, ALEXSANDRA VASCONCELOS. **REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA HÍBRIDA E A PLURALIDADE NA ESCOLA BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA 01/10/2021** 157 f. Mestrado Profissional em Gestão Educacional Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, São Leopoldo.

NOVAES, MARIA ANGELICA SODRE MAGALHAES. **INSTRUMENTOS DE EDUCAÇÃO DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DA GESTÃO ESCOLAR: um estudo de caso nas escolas da Baixada Fluminense '** 26/08/2021 115 f. Mestrado Profissional em NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro.

NUNES, LETICIA BASTOS. **COMPETÊNCIAS COMO FUNDANTES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**' 26/08/2021 224 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. OLIVEIRA, CLODOALDO ALVES. **O USO DO TELESCÓPIO EM PRÁTICAS EXITOSAS PARA INCENTIVAR O ENSINO DA ÓTICA NA FÍSICA DO ENSINO MÉDIO**' 14/12/2021 98 f. Mestrado Profissional em ENSINO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, DANIELLE PRISCILLA SOUSA. **IMPACTOS DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO COMUNITÁRIA NA PANDEMIA DE COVID-19 ENTRE OS DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO**' 20/10/2021 164 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, Vitória.

OLIVEIRA, EDUARDA RODRIGUES GRUNEVALD DE. **A percepção de professores de Ciências de escolas estaduais de Cascavel/PR a respeito do uso de tecnologias digitais no contexto da pandemia da Covid-19**' 05/11/2021 342 f. Mestrado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, Cascavel.

OLIVEIRA, GABRIEL HENRIQUE DE. **Cultura Universitária e Docência: impactos da pandemia da Covid-19**' 13/12/2021 253 f. Mestrado em EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA CULTURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

OLIVEIRA, IZABELA DELLANGELICA CARVALHO DE. **QUALIDADE DO ENSINO DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINAS (SP): AÇÕES DA EQUIPE DE GESTÃO ESCOLAR**' 24/02/2022 147 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas.

OLIVEIRA, KHALMEL GABRIEL LIMA DE. **MÍDIA-EDUCAÇÃO (FÍSICA) NAS TRAMAS DA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DAS PERFORMANCES DOS ESTUDANTES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**' 17/12/2021 141 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei.

ONOFRI, KELLY CRISTINA. **CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE METODOLOGIAS ATIVAS E O USO DAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA**' 16/07/2021 143 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

PADULA, ISABELLA BRUNINI SIMOES. **“Sabia que tem um novo vírus que já chegou no Brasil?” Diferenças e desigualdades na Educação Infantil durante a pandemia de COVID-19**' 18/06/2021. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas.

PALLES, DENISE MARIA. PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A APRENDIZAGEM MATEMÁTICA POR MEIO DE ESTRATÉGIAS GAMIFICADAS E DOS GAMES' 25/08/2021 150 f.

Mestrado em Educação em Ciências e em Matemática Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba.

PEDRUZZI, CLAUDINI FABRICIA MAURER. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM AULAS REMOTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19' 26/03/2021 177 f. Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEEVALE, Novo Hamburgo.

PEREIRA, CHARLES DOS SANTOS. AULAS ON-LINE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DA CIDADE DE MANAUS' 16/12/2021 85 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LA SALLE, Canoas.

PEREIRA, LUCIANO D AVILA. ATIVIDADES FÍSICAS E INDICADORES SOCIAIS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO-SP, EM PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19' 27/05/2021 83 f. Mestrado em Ciências do Movimento Humano Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA, Piracicaba.

PEREZ, JEFFERSON FELIPE CANDIDO. PLANEJAMENTO EM UM GRUPO DE PROFESSORES DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DE CARÁTER SOCIOCIENTÍFICO NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O AUTISMO E A COVID-19 EM SALA DE AULA' 28/02/2022 138 f. Mestrado em EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (BAURU), Bauru.

PESSOA, THAIS RIBEIRO DOS SANTOS. A UTILIZAÇÃO DO SCRUM COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA' 17/11/2021 199 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, Brasília.

PINHEIRO, LILIANE. AS RELAÇÕES ENTRE O TERRITÓRIO RURAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE RESPOSTA À PANDEMIA POR COVID-19 VOLTADAS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO CAMPO' 14/12/2021 227 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa.

POPPE, ANA BEATRIZ GORGEN. GESTÃO ESCOLAR NAS COMUNIDADES EDUCATIVAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE LA SALLE NO RIO GRANDE DO SUL: DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19' 25/11/2021 120 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LA SALLE, Canoas.

QUEIROZ, LARA RODRIGUES. Duas escolas durante a pandemia da Covid-19: um diálogo entre a etnografia e o behaviorismo radical' 15/12/2021. Doutorado em CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

QUERIDO, SHIRLENE MARQUES. **A TAREFA ESCOLAR E AS CONCEPÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR E DO PEDAGOGO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA'** 29/03/2021 218 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, Curitiba.

RAMOS, FERNANDA CAMPELLO NOGUEIRA. **Mergulho na Nuvem: formação continuada em ferramentas digitais para profissionais de educação no âmbito do ensino remoto devido ao Covid-19'** 30/09/2021 138 f. Mestrado em ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ), Rio de Janeiro.

REIS, MARINA DE MELO. **ATIVIDADE FÍSICA, TEMPO EM TELAS E ANSIEDADE EM CRIANÇAS DA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 16/12/2021 73 f. Mestrado em Educação Física Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, Uberaba.

REIS, THAYNA. **A MATEMÁTICA EM VIDEO AULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR NO PERÍODO DE PANDEMIA DO COVID-19'** 04/10/2021 156 f. Mestrado em Educação em Ciências e em Matemática Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba.

REOL, ANGELA GONCALVES NERY. **O LUGAR DA ESCUTA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: NOVAS (IM)POSSIBILIDADES ORIUNDAS DE UMA PANDEMIA'** 30/08/2021 116 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Salvador.

RIBAS, RAFAEL MALVAR. **Vulnerabilidade e isolamento social durante a pandemia da COVID-19: Avaliação dos alunos do Projeto Guri'** 20/10/2021 144 f. Doutorado em DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

RIBEIRO, DANIELA CLAUDIA CARDOSO. **METODOLOGIAS ATIVAS E A MOTIVAÇÃO PARA APRENDER NA PERCEPÇÃO DOCENTE: antes e durante a pandemia de Covid-19'** 18/12/2020 133 f. Mestrado em Educação, Conhecimento e Sociedade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI, Pouso Alegre.

ROCHA, GEOVANE DOS SANTOS DA. **SAÚDE MENTAL E PANDEMIA: UM ESTUDO COM OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR'** 03/12/2021 177 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, Cascavel.

ROCHA, NAGILA MENEZES. **A UTILIZAÇÃO DOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E A PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA (IFCE-CAMPUS MARACANAÚ)'** 16/12/2021 96 f. Mestrado em ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA Instituição de Ensino: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, Fortaleza.

RODRIGUES, FLAVIA COVALESKY DE SOUZA. **“SE EU APRENDER, NÃO VOU SER UM CARRO ATOLADO NO LUGAR”:** TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS NO PERCURSO PARA A EJA' 10/12/2021 376 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria.

ROHRBECK, LILIAN. **As políticas de assistência estudantil da UFFS no contexto da pandemia da Covid-19: análise dos desdobramentos sobre a permanência dos estudantes'** 19/10/2021 232 f. Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, Chapecó.

RUFATO, JOAO ANTONIO. **PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE COVID-19: implicações para o processo de formação continuada e condições de trabalho no ensino remoto'** 31/03/2021 183 f. Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL, Curitiba.

SALES, ANA LUIZA HONORATO DE. **“Eu sou mãe, não sou professora”:** Mediação familiar no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19' 24/02/2021 211 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

SALES, JOSEFA BRAGA CAVALCANTE. **Avaliação da implementação do ensino remoto emergencial e suas implicações no trabalho docente na educação superior, no contexto da pandemia de covid 19, em Fortaleza-CE.** 30/12/2021 155 f. Mestrado em AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGAPP Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza.

SALES, PEDRO MARIO COSTA. **O ENSINO DE GEOGRAFIA E O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES** 12/11/2021 74 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, Brasília.

SALES, ROBERTO LOPES. **TRAÇANDO CAMINHOS, REVELANDO TRILHAS: A AFETIVIDADE ENQUANTO PROPOSTA PEDAGÓGICA'** 27/07/2021 99 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, Tubarão.

SALUM, MARIA EDUARDA GRAMS. **GERENCIAMENTO DA FORMAÇÃO DE PÓS-GRADUANDOS EM ENFERMAGEM EM TEMPO DE PANDEMIA COVID-19'** 08/11/2021 104 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

SANCHES, MARIA DO PERPETUO SOCORRO CONTE. **DISPOSITIVOS LEGAIS ORIENTADORES DO RETORNO ÀS AULAS APÓS A PANDEMIA DO COVID-19 NA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM MANAUS/AM: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA'** 17/12/2021 116 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LA SALLE, Canoas.

SANCHEZ, JEAN CARLOS RODRIGUES. **O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19 EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA'** 27/08/2021 122 f. Mestrado em PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E SAÚDE ANIMAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá.

SANTOS, ALINE RIBEIRO. **DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR EM TEMPOS INCERTOS: RESSIGNIFICANDO PROCESSOS'** 29/10/2021 117 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES, Frederico Westphalen.

SANTOS, AMANDA CORREIA DOS. **NO ESCONDE-ESCONDE DA PANDEMIA AINDA HÁ ESPAÇO PARA A BRINCADEIRA: O BRINCAR NA CIDADE DE SIQUEIRA CAMPOS/PR DURANTE O COVID-19'** 30/06/2021 143 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba.

SANTOS, EUZINA CRISTINA CAMATA DOS. **Os Desafios do Ensino de Matemática no Período da Pandemia da Covid-19: Um Relato da Experiência na Escola Estadual de Ensino Médio Dom Daniel Comboni'** 20/10/2021 106 f. Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Rio de Janeiro.

SANTOS, FLAVIO ROBERTO DOS. **ENSINO - APRENDIZAGEM NO PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19): REFLEXOS DO ENSINO A DISTÂNCIA NO CURSO DE DIREITO EM TEIXEIRA DE FREITAS - BA'** 22/12/2020 80 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ, São Mateus.

SANTOS, JAQUELINE DE JESUS DOS. **PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS E GESTORAS DAS ESCOLAS DO CAMPO EM TORNO DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19'** 26/11/2021 182 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador.

SANTOS, JULIANA EVELYN DOS. **Curadoria de materiais digitais por professores do Ensino Médio - um recorte do cenário educacional brasileiro durante o ensino remoto ocasionado pela pandemia de Covid-19'** 14/12/2021. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

SANTOS, LUCAS REGIS DOS. **Mobilidade engajada na alfabetização de adultos do MTST: uma investigação durante a pandemia de Covid-19'** 29/07/2021 134 f. Mestrado Profissional em Educação: formação de formadores Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo.

SANTOS, ROSANGELA DOS. **ASSOCIAÇÃO ENTRE O TEMPO DE USO DE MÍDIAS ELETRÔNICAS E PROBLEMAS EXTERNALIZANTES EM CRIANÇAS DE 7 A 11 ANOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID -19'** 18/12/2020 50 f. Mestrado em DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

SANTOS, SATIRA MARIA PEREIRA DOS. **UM ESTUDO DE CASO COM PLATAFORMA DIGITAL – ENSINO REMOTO OU HÍBRIDO COM METODOLOGIA ATIVA EM ESCOLA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO** ' 17/12/2021 156 f. Mestrado Profissional em NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro.

SANTOS, THOMAS LUIZ. **RELATOS DE AGRESSÕES, ABUSOS E MAUS TRATOS DURANTE A GRADUAÇÃO EM MEDICINA: um estudo transversal conduzido durante a Pandemia de COVID 19**' 20/08/2021 86 f. Mestrado Profissional em ENSINO EM SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO, Alfenas.

SASSAKI, MARCIA APARECIDA CAETANO. **FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: um estudo da integração das TDIC em metodologias ativas**' 12/07/2021 155 f. Mestrado em Educação, Conhecimento e Sociedade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI, Pouso Alegre.

SCHNORENBERGER, PATRICIA FABIANE. **A EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR EM TEMPOS DE MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: REFLEXÕES À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**' 01/09/2021 108 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, Cascavel.

SILVA, ADELAIDE DE OLIVEIRA. **O ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE COVID-19: O DISCURSO DOS DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ**' 15/12/2021 123 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, Presidente Prudente.

SILVA, ALINE CARVALHO MOREIRA DA. **O ENSINO REMOTO EM PRESIDENTE KENNEDY-ES DEVIDO À PANDEMIA DA COVID 19: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO FUNDAMENTAL**' 21/10/2021 105 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ, São Mateus.

SILVA, ARIANA PAULA DA. **Repercussões do isolamento social durante a pandemia de Covid-19 no cotidiano de adolescentes 2020**' 15/09/2021 107 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

SILVA, CLAUDIA SEBASTIANA ROSA DA. **A RELAÇÃO RECÍPROCA ENTRE O PEDAGOGO E A CULTURA ESCOLAR EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE CURITIBA-PR E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19**' 13/05/2021 201 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Curitiba.

SILVA, DILETA PERES DA. **Práticas Docentes em uma Escola Bilíngue para Surdos em Contexto da Pandemia Covid-19**' 22/12/2021 115 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, Pelotas.

SILVA, ENEIAS MURILO CERQUEIRA DA. **'Você tem saudade da natureza?': conexão de crianças entre 8 e 11 anos com o meio natural durante a pandemia de COVID-19 na Costa do Descobrimento, Sul da Bahia'** 28/06/2021 62 f. Mestrado em CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, Porto Seguro.

SILVA, EUMARA BARBOSA. **IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL PELA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA E PERCEPÇÃO QUANTO AO ENSINO REMOTO EM UMA ESCOLA MÉDICA BRASILEIRA'** 25/02/2021 102 f. Mestrado Profissional em ENSINO EM SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO, Alfenas.

SILVA, FRANCISNILDE MIRANDA DA. **Superdotação, talento e autorregulação da aprendizagem: Estudo de caso no contexto da Pandemia de COVID-19.'** 24/02/2022 206 f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

SILVA, LARISSA DA COSTA E. **Impacto da pandemia de COVID-19 no ensino odontológico dos cursos de graduação das instituições públicas no Brasil'** 30/04/2021. Mestrado em Odontologia Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus.

SILVA, LAYDIANE JALES DA. **Impacto da Pandemia da Covid-19 nos processos de iniciação científica na Universidade de Brasília.'** 10/12/2021 76 f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

SILVA, NATALIA SANT ANNA DA. **IMPACTO DO USO DE MÍDIAS ELETRÔNICAS NO COMPORTAMENTO: PERSPECTIVA DOS PAIS DE CRIANÇAS DE 7 A 11 ANOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 08/11/2021 85 f. Mestrado em DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

SILVA, NATANY FERREIRA. **EFEITOS DE UM PROCEDIMENTO INFORMATIZADO E APLICADO DE FORMA REMOTA E SÍNCRONA NA LEITURA E ESCRITA DE SENTENÇAS PARA CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR'** 28/04/2021 163 f. Mestrado em EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ESPECIAL) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos.

SILVA, WALERIA VILA NOVA DA. **A EDUCAÇÃO INFANTIL EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID -19'** 21/12/2021 144 f. Mestrado em Educação, Culturas e Identidades Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, Recife.

SILVEIRA, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA. **MOTIVAÇÃO PARA APRENDER DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO RIO DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19'** 15/12/2021 256 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, LORENA BRAGA DE. **Aproximações e afastamentos das Tecnologias Digitais de Informação, Comunicação e Expressão durante a pandemia da Covid-19 por professoras da Educação Infantil.** 25/08/2021 154 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

SNIECIKOVSKI, LUIZ EDUARDO BAGLIOLI. **TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE UM CURSO DE ODONTOLOGIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.** 09/03/2021 87 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, Curitiba.

SOUSA, LUTRICIA HIANI MACHADO MONTI. **MEDIAÇÃO CULTURAL NA ESCOLA: POSSIBILIDADE DE FAZERES DOCENTES A PARTIR DE LINGUAGENS DA ARTE NO CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19** 05/05/2021 133 f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Lavras.

SOUSA, ROZANE PEREIRA DE. **VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO DE CARTILHA EDUCATIVA DIGITAL: UMA TECNOLOGIA PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOCENTE NO ÂMBITO DA APRENDIZAGEM AFETIVA** 29/04/2021 140 f. Mestrado em Ensino Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Pau dos Ferros.

SOUSA, VALERIANA CHRISTINA DE MELO E. **ENSINO DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO DA LEI Nº 10.639/2003 EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19** 14/12/2021 138 f. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

SOUZA, CONCEICAO DE FATIMA DE. **A EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 (2020): UMA ANÁLISE DA INDÚSTRIA CULTURAL DIGITAL “NOVA ESCOLA”** 30/04/2021 70 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, Itatiba.

SOUZA, MARIANI RAFAELA ANDRADE DE. **MANIFESTAÇÃO DE STRESS E SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19 EM REGIÕES PORTUÁRIAS NA BAIXADA SANTISTA** 24/11/2021 111 f. Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS, Santos.

SOUZA, NATALIA TRINDADE DE. **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O MODELO DE FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL** 27/07/2021 Mestrado em EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

SOUZA, VIVIAN MENDES DE. **A VITIMIZAÇÃO POR BULLYING ENTRE ADOLESCENTES NA FASE INICIAL DA PANDEMIA COVID-19** 10/05/2021 63 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, Dourados.

SOUZA, WAGNER VILAS BOAS DE. **ENFRENTAMENTO À COVID-19 NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UMA PESQUISA-AÇÃO NO**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO' 28/05/2021 190 f. Doutorado em ADMINISTRAÇÃO
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília.

STRASSEMANN, THIAGO GUEDES. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE FUNÇÃO E TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO MÉDIO EM MEIO À PANDEMIA COVID-19' 13/10/2021 191 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA Instituição de Ensino: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, Vila Velha.

TEIXEIRA, LUANA CORREIA DE MELO. Percepções sobre a prática docente e sentimentos dos professores de ciências e matemática durante a pandemia: uma análise à luz do TPACK' 29/06/2021 160 f. Mestrado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre.

TONOCCHI, MONICA DIVA BARDDAL. A SALA DE AULA NA SALA DE ESTAR – As percepções da criança e sua família nos processos de inclusão e aprendizagem, em tempos de pandemia do Covid 19 ' 15/09/2021 139 f. Mestrado Profissional em Gestão Educacional Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, São Leopoldo.

TORRES, CARLA GONCALVES FELIZARDO. NARRATIVAS DOCENTES E O RESGATE DE PRÁTICAS CURRICULARES INTEGRADORAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19' 18/11/2021. Mestrado em CIÊNCIA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA, Rio de Janeiro.

VALLE, CLAUDIO PRADO PEREIRA. UMA SUGESTÃO DE MODELAGEM NO ENSINO BÁSICO PARA A COVID-19 EM GOIÁS' 31/08/2021 66 f. Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Rio de Janeiro.

VASCONCELLOS, RACKEL PERALVA MENEZES. Das tecnologias digitais ao ensino remoto emergencial: uma reflexão acerca dos modelos adotados na educação básica da rede pública estadual do Rio de Janeiro' 11/02/2022 1 f. Mestrado em COGNIÇÃO E LINGUAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO, Campos dos Goytacazes.

VASCONCELOS, VANESSA LOPES. O DIREITO À EDUCAÇÃO DO REFUGIADO: PROPOSTA DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E DE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO' 27/08/2021 315 f. Doutorado em DIREITO CONSTITUCIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, Fortaleza.

VELOSO, TAMIRES BARROS. Práticas articulatórias produzidas nas negociações das políticas-práticas curriculares no cenário pandêmico da COVID-19' 30/07/2021 141 f. Mestrado em Educação Contemporânea Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Caruaru.

VIEIRA, CAMILA PENHA DURE. **SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE À PANDEMIA COVID-19: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS NO BRASIL'** 09/12/2021 134 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, Campo Grande.

VIEIRA, DIEGO PEREIRA. **PANDEMIA DE COVID-19, PERFIL DE CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS'** 30/09/2021 57 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E SAÚDE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, Guarulhos.

VIEIRA, VITOR PILAO. **"OS DESAFIOS VIVENCIADOS PELOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19"** 01/10/2021 58 f. Mestrado em PSICOLOGIA EDUCACIONAL Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO, Osasco.

WERNER, GREICE KELLY RECH. **SENTIDOS INFANTIS SOBRE INFÂNCIAS, EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19'** 10/03/2021 187 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, Itajaí.